1 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

2 REUNIÃO ORDINÁRIA

3 ATA 02 - DATA: 20/01/2011

A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Aos vinte dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, às 5 18h30min, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, situado na Avenida Loureiro da Silva, nº 325, reuniu-se, em sessão ordinária do Plenário, o 7 Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. No uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis 8080, de setembro de 1990, 8142/90, de dezembro de 1990, 9 10 pelo Decreto Lei 277/92, de maio de 1992, pela Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, pelo Código Municipal de Saúde e pelo Regimento Interno deste Conselho, 11 12 aprovado em julho de 2008, declaro aberta a sessão ordinária do Plenário do dia vinte 13 de janeiro de 2011, presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Adriana da Silva, Alcides Pozzobon, Carla Rosana da Silva Lorenço, Carlos Eugênio Schuch Colvara, 14 Clarissa Bassin, Djanira Correa da Conceição, Elen Maria Borba, Flávio Becco, Gilmar 15 Campos, Hamilton Fernando P. Farias, Heverson Luis Vilar da Cunha, José Antônio dos 16 Santos, José Carlos Silveira Vieira, Lúcia Bublescki Silveira, Luigi Passeto Neto, Maria 17 Angélica Mello Machado, Maria Encarnacion Morales Ortega, Maria Hisami Tori, Maria 18 Ivone Dill. Maria Letícia de Oliveira Garcia, Marizete Figueiredo Rodrigues, Marta 19 Mendes dos Santos, Mirtha da Rosa Zenker, Mônica Ellwanger Levser, Olir Citolin, 20 21 Palmira Margues da Fontoura, Paulo Goulart dos Santos, Rafael Viccari dos Santos, 22 Rejane Haidrich, Roger dos Santos Rosa, Silvia Giugliani, Tânia Ledi da Luz 23 Ruchinsque. Conselheiros Suplentes Presentes: Alberto Moura Terres, Arlete Fante, 24 Cláudia de Carvalho Guidi, Doralice Melo dos Santos, Ernani Tadeu Ramos, Fernando 25 Ritter, Gládis Oliveira Oscar, Liciane Hampe Fialho, Lourdes Zilli de Souza, Marcelo Bosio, Maria Ines Gomes dos Santos, Maria Noelci Teixeira, Masurquede de Azevedo 26 Coimbra, Oscar Paniz. 1) Abertura. 2) Apreciação da Ata 27/2010. Está em votação a 27 28 Ata 27/2010. Os (as) conselheiros (as) que a aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 28 votos a favor. Os (as) conselheiros(as) que não aprovam a ata 29 27/2010 se manifestem levantando o crachá. (Pausa) Nenhum voto contra. 30 Abstenções? 03 abstenções. APROVADA a ata 27/2010. 3) Faltas Justificadas: 31 Lísia Gabe, Masurguede Coimbra, Márcia Nunes, Guacira Abreu, Maria Hisani Torri, 32 33 Ione Teresinha Nichele, Salete Camerin, Sônia Regina Coradini, Pedro Luís Vargas. 4) 34 Pareceres: a) - 01/11 - Convênio Kinder. (Após a leitura do Parecer): Algum questionamento? (Pausa.) Conselheiro Heverson. O SR. HEVERSON VILLAR DA 35 CUNHA (CDS RESTINGA): Boa noite. Gostaria de saber como será a forma de acesso 36 37 e a área de cobertura da Kinder em Porto Alegre. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): O 38 representante da Kinder está presente e poderá responder. O SR. SOLIMAR AMAR 39 40 (Superintendente e Diretor da Kinder): A Kinder é uma entidade que atende crianças com deficiências múltiplas. Temos o atendimento de trezentas e vinte e duas criança, 41 42 todas com necessidades especiais. A Kinder atende a crianças que são do município de Porto Alegre, e também algumas crianças da Grande Porto Alegre. Ela está 43 44 localizada no Partenon, na rua Marconi, e o acesso não é dificultoso. As comunidades 45 atendidas são de diversos bairros de Porto Alegre. O SR. MARCELO BÓSIO (Secretário Adjunto Municipal da Saúde): O acesso será regulado pela Secretaria. E 46 isso está colocado no parecer. O acesso são para pacientes encaminhados pela 47 Atenção Básica a Kinder, e a área de cobertura será a cidade de Porto Alegre. Pela 48 49 importância e pela qualidade que tem o atendimento da Kinder estamos propondo fazer 50 o conveniamento antes, e para continuarem eles terão de participar do chamamento público também. Para não perdermos essa oportunidade, que achamos que agrega 51 qualidade à rede de serviços estamos propondo isso. Mas, todos os pacientes serão 52 53 regulados pela Secretaria. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA 54 (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Para deixar ainda mais clara

essa questão quero dizer que essa foi uma das questões que a SETEC levantou também, e num segundo momento recebeu o fluxo de atendimento da Kinder: vai para a avaliação do Médico da Atenção Básica, que encaminha para o centro de especialidades, avaliação do Médico Neuropediatra, preenche-se um documento formal com a Kinder, e a Kinder acolhe o paciente. Esse é o fluxo que havíamos solicitado. Mais algum questionamento? (Pausa.) Está em votação o convênio com a Kinder, no valor de 30 mil reais/mês. Os (as) Conselheiros (as) que o aprovam se manifestem levantando o crachá (Pausa.) 33 votos. Os (as) Conselheiros que não aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa.) Nenhum voto. Abstenções. (Pausa.) 01 abstenção. APROVADO o convênio.) b) - 06/11 - Prestação de Contas Convênio 015/2006 - Instituto de Cardiologia. (Após a leitura do parecer): Algum questionamento? (Pausa). Está em votação. Os (as) Conselheiros (as) que a aprovam se manifestem levantando o crachá (Pausa.) 32 votos. Os (as) Conselheiros que não aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa.) Nenhum voto. Abstenções. (Pausa.) 01 abstenção. APROVADA a prestação de contas do Convênio 015/2006, Instituto de Cardiologia. 5) Informes: Comunico a todos que foi empossado o Conselho Distrital de Saúde do Extremo Sul. (Anuncia os integrantes da chapa vencedora). Quero informar também que foi feita a entrega das chaves do Hospital Luterano ao Hospital de Clínicas e do Hospital Independência para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Temos agui foto (mostra fotografia) do dia 22 de outubro de 2010, onde estão presentes: o Sr. Secretário Municipal de Saúde Carlos Casartelli, o Conselho Estadual da Saúde na pessoa do Cláudio Agustin, que está aqui presente, eu representando o Conselho Municipal de Saúde, a direção do Hospital de Clínicas, o Sr. Ministro da Advocacia Geral da União Luis Inácio Adams, o Secretário Executivo, que foi a pessoa com quem fizemos todo o contato. Este contato foi na tentativa de uma articulação dos conselhos em trazer para a administração primeiramente os hospitais públicos. Que foi vitorioso naquele momento. Logo em seguida, fizemos o movimento pedindo que o Hospital Independência tivesse a gerência do Hospital Conceição, que foi negada. Foi adjudicado o Hospital e repassado ao Município de Porto Alegre. Com relação a isso, fizemos uma proposta quanto ao atendimento que será realizado pelo Hospital Independência, que foi repassado ao Município de Porto Alegre. Já fizemos esta discussão prévia no Núcleo de Coordenação, trazemos esse assunto ao conhecimento do plenário para que possa ser apreciado e submetido a todos os conselheiros. Em relação ao atendimento do Hospital Independência, colocamos alguns critérios, porque vai ser feita uma consulta pública a fim de escolher um parceiro para a administração do hospital. Então, quanto ao atendimento, atender exclusivamente o Sistema Único de Saúde: atender as demandas reprimidas em traumato, ortopedia e cirurgia de média complexidade, vascular, otorrino, urologia, etc. Em relação à Regulação, estar 100% regulado pela Central de Marcação de Consultas e pela Central de Regulação de internações hospitalares. Ser a porta preferencial para cirurgias oriundas do HPS e PACS através de protocolo técnico aprovado no Conselho Municipal de Saúde. Em relação ao controle social, constituir Conselho Gestor responsável por acompanhar as metas contratualizadas, apresentar trimestralmente relatório físico-financeiro ao Conselho Municipal de Saúde. Em relação ao patrimônio, elaborar plano anual de manutenção responsabilizando-se pela conservação predial e de mobiliários, bem como ser responsável pelas despesas de impostos, coleta de lixo, água, luz e telefonia. Em relação ao prazo, o contrato deve ser revisado em cinco anos e deverá ser constituída uma Comissão de Acompanhamento. Em relação às condições financeiras da entidade, não deve ter dívidas e comprovar saúde financeira. Os atendimentos prestados para fins de comprovação e de atividade filantrópica não poderão substituir procedimentos já ofertados em outra Unidade Hospitalar, ou seja, não poderão ser transferidos quantitativos de procedimentos para este novo endereço. Esta é a proposta feita para o possível parceiro. Submeto à apreciação deste plenário. Alguma pergunta? Alguma dúvida? Podemos colocar em votação? (Aquiescência da Plenária.)

5556

57

58

59

60 61

62

63

64 65

66

67 68

69

70

71

72 73

74

75

76

77 78

79

80 81

82

83 84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104105

106

107

109 Em votação. A proposta apresentada pelo Núcleo de Coordenação do Conselho Municipal de Saúde de critérios para o parceiro que será escolhido para a 110 administração do Hospital Independência. Os(as) conselheiros(as) que a aprovam se 111 manifestem levantando o crachá. (Pausa) 36 votos a favor. Os(as) conselheiros(as) 112 que não aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) Nenhum voto contrário. 113 Abstenções? (Pausa) 01 abstenção. Eu tinha feito o registro da justificativa da 114 115 ausência do conselheiro Roger, retiro, porque ele acaba de chegar. Quero, primeiro, em 116 nome do Conselho, manifestar solidariedade à população do Rio de Janeiro; e, em segundo, fazer a divulgação dos pontos de coletas para doação no Rio Grande do Sul. 117 118 Depois vai ficar disponibilizada, pois agora só vou fazer a leitura dos nomes: Cruz 119 Vermelha, Defesa Civil, Palácio Piratini, na Casa Militar, e as contas para doação em 120 dinheiro na Caixa Econômica Federal, no Banco do Brasil, no Fundo de Assistência Social, na própria Defesa Civil do Rio de Janeiro, no Fundo Estadual de Assistência 121 122 Social do Rio de Janeiro, SSTeresópolis, também donativos e a Prefeitura de Nova 123 Friburgo. Temos que fazer a leitura e o registro a todos vocês de uma correspondência que recebemos do Sr. Secretário Carlos Henrique Casartelli. (Lê.) "Porto Alegre, 13 de 124 125 janeiro de 2011. Sra. Coordenadora, face à nota pública em grandes jornais de 126 circulação do Rio Grande do Sul intitulada Fundações de Saúde (?) Porto-Alegrenses 127 assinada pela Coordenadora do Conselho e contendo o logotipo do Conselho, solicito 128 que seja informado quem custeou tal publicação, haja vista que os recursos do 129 Conselho são liberados através de recursos da SMS, conforme solicitação prévia baseada em orcamento próprio do Conselho. Como tal liberação de recursos não foi 130 solicitada, considero que tal esclarecimento é fundamental para que se tenha a 131 132 transparência desejada nas ações e relações das instituições com a comunidade e com os demais entes de participação na construção do SUS. Atenciosamente, Carlos 133 Henrique Casartelli." Também recebemos, com este mesmo teor, do Sr. Vereador João 134 135 Antônio Dib a seguinte correspondência: "Porto Alegre, 19 de janeiro de 2011. Sra. Coordenadora, recebi da presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre cópia do 136 137 Ofício 03 de 2011, pelo qual foi encaminhado o teor da Resolução 01/2011 do 138 Conselho Municipal de Saúde que versa sobre Instituto Municipal de Estratégia de 139 Saúde da Família. Dela já havia eu tomado conhecimento anteriormente em razão da 140 publicação em periódico local, embora com o texto simplificado em relação ao original. Li e reli os considerandos e não vislumbrei afronta a eles diante do proposto no projeto. 141 Posto que, está mantido o caráter público, o município não abrirá mão das atribuições 142 143 de sua responsabilidade, está mantida a Estratégia de Saúde da Família como modelo, 144 não estão contrariadas deliberações constantes dos três eixos da Conferência, a 145 contratação de profissionais dar-se-á por concurso público, embora o vínculo ocorra pelo regime celetista, o mais adequado, no caso,. No meu entendimento, será 146 147 preservada a expansão da Rede no modelo da Estratégia de Saúde da Família. Ontem 148 mesmo foi anunciada a implantação de mais trinta equipes. Diante disto, não subsistem, ao meu sentir, razões para expedição na Resolução que concluiu pela não 149 150 aprovação do Projeto de Lei do Executivo, nº 53/2010, decisão com a qual, 151 logicamente, não concordo. Por último, gostaria que Vossa Senhoria informasse a este 152 Vereador, amparado na legítima condição deferida pela Lei Orgânica do Município, de 153 Fiscalização de Atos, Poder e Dever, sobre qual rubrica do Orçamento deu-se o 154 empenho e o valor das publicações. Saúde e paz. Vereador João Antônio Dib." Então, 155 respondemos, com o ofício cuia vou também fazer a leitura, ao Ver. João Dib com algum acréscimo. Como é um tema que está candente na nossa discussão e na nossa 156 157 Cidade, é imperioso que se faça a leitura. O Conselho respondeu ao Exmo. Sr. Vereador. "O Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, no uso das atribuições 158 159 legais que lhe confere a Constituição Federal, as leis federais 8080 e 8142, a lei 277, 160 vem respeitosamente responder ao documento encaminhado por e-mail no dia de hoje. trazendo as seguintes considerações: em relação à publicação de matéria em jornais 161 162 de Porto Alegre sobre a Resolução 01/2011, anexamos a resposta sobre o mesmo teor

encaminhado ao Gabinete da SMS por entendermos que ela traduz o solicitado por Vossa Excelência. Em relação ao Projeto de Lei nº 53/2010, em que pesem, em respeito às argumentações em contrário, principalmente as emanadas pelo Chefe do Executivo, temos o entendimento diverso; o que redundou na não aprovação da proposta pelo plenário do Conselho de Porto Alegre. Queremos apresentar o nosso ponto de vista, pois entendemos que o caráter público do IMESF se perde quando se Ihe dá direito privado. Qual a verdadeira intenção disso? Por que não manter o direito público então? O Município continuará abrindo mão das atribuições de sua responsabilidade, na medida em que tão somente se propõe ampliar a oferta de serviços de estratégias de saúde da família para uma pequena parcela da população, mantendo a terceirização de outra tanta, como faz hoje. Inclusive anunciando a ampliação de serviços que já existem. Em torno de quinze, das trinta equipes ontem anunciadas, já estão gerenciadas pelo GHC e não significam, portanto, a ampliação de atendimento. A Estratégia de Saúde da Família, como modelo de atenção à saúde que defendemos, tem entre seus pilares conceituais a vinculação das comunidades com as equipes de saúde, caráter esse que se perdeu em nossa Cidade a partir de vínculos de trabalho porque não se conseguem fixar os profissionais nas equipes pela falta de compromisso público dos trabalhadores; que na própria forma como têm sido contratados, simplesmente preenchimento de vagas no mercado, não conseguem compreender a dimensão da tarefa que têm a cumprir, pois a Atenção Primária tem como missão papel estratégico ser a porta de entrada do sistema de saúde, gerenciando o cuidado das pessoas e das famílias. Esta é a situação que hoje já enfrentam municípios vizinhos que optaram por este modelo de solução: fundações. A 13ª Conferência de Saúde, bem como os Conselhos Nacional e Estadual de Saúde iá se posicionaram contrariamente a instituição de Fundações Públicas de Direito Privado. Portanto, esta é uma discussão ampla que tem sido travada em todas as instâncias deliberativas de controle social estabelecidas constitucionalmente no âmbito do SUS. A forma de ingresso no servico público estabelecida pela Constituição vigente é o concurso com vistas ao Regime Estatutário. A única exceção diz respeito aos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, e isto tem sido debatido incansavelmente. Não por uma atitude corporativa das entidades dos trabalhadores, mas porque esta é a condição que garante a responsabilização do servidor para com a saúde pública. O quadro atual dos trabalhadores da SMS é um verdadeiro mosaico, trazendo grandes dificuldades para a gestão. E isso a Prefeitura seguer se dispõe a notificar, ao contrário, acentua a diferença existente, concedendo abono para uma categoria, não tratando de forma igualitária o conjunto dos trabalhadores, uma vez que não implementa definitivamente um Plano de Cargos, Carreira e Salário para o conjunto de profissionais de Saúde. Um dos projetos substitutivos propõe, por exemplo, que se qualifique na própria SMS uma estrutura para Atenção Primária capaz de converter o modelo assistencial tradicional para Estratégia de Saúde da Família aproveitando servidores que já atuam na Atenção Primária, através de especialização, gratificação e acompanhamento ao seu desempenho profissional. O que vai acontecer com estes trabalhadores? Serão substituídos por celetistas? Diversas comunidades já têm trazido este debate se colocando contrárias inclusive à ampliação de mais equipes da Estratégia. Por fim, cabe citar a preocupação com a utilização dos espaços que uma fundação cria para dificultar o controle especialmente dos recursos públicos, como já temos inúmeros e tristes exemplos em nosso Estado e mesmo em nosso Município que acabaram levando a Saúde para as páginas policiais. E, nesse sentido, queremos lembrar a Vossa Excelência, que a Câmara Municipal, em seu papel fiscalizatório dos atos do Executivo, tem-se furtado de exigir a prestação de contas da área da saúde como prevê a legislação, confirmado pelos presidentes dessa Casa Legislativa em 2009 e em 2010, conforme as cópias que também anexamos. No entendimento de que o papel deliberativo do Conselho não foi respeitado pelo Prefeito José Fortunatti, que optou encaminhar diretamente ao Legislativo o projeto de lei, a nosso ver, para não

163

164165

166

167

168169

170

171172

173

174

175176

177

178

179

180

181

182

183 184

185

186 187

188 189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200201

202

203204

205

206

207208

209

210211

212213

214

cumprir o que está aqui firmado com o Ministério Público Estadual. é que entendemos necessariamente publicizar a posição deste colegiado, que é representativo de todos os seguimentos que compõem o SUS, pois o acesso aos meios de comunicação com o objetivo de informar a população e o conjunto dos trabalhadores de saúde que, seguer foram chamados para o debate de um assunto tão importante, é uma diretriz do SUS. enquanto tarefa de gestão, e nós cumprimos também este papel. Sendo o que entendíamos que havia para o momento, colocamo-nos a Vossa inteira disposição para o que ainda se fizer necessário para expor." Há, ainda, o ofício que foi entregue ao Secretário Casartelli e que diz respeito ao ofício que li no primeiro momento. Fizemos algumas considerações. (Lê o ofício) (Após a leitura) Acho que era necessário fazer este registro. O SR. MARCELO BÓSIO (Secretário Municipal de Saúde em exercício): Há um reparo que precisa ser feito, pois das 30 equipes que foram anunciadas não são 15 do GHC; se contássemos com estas seriam 45 equipes ao todo. Acho interessante que isto seja retificado no ofício até por que 21 equipes foram aprovadas aqui no Conselho e as outras 9 equipes são de obras que estão em conclusão e que vão ser colocadas. Quero informar por que foi encaminhada a questão do ofício questionando. Isto já havia sido questionado no Núcleo do Conselho, anteriormente, e no "A Pedido" o logo do Conselho, sendo que o próprio Regimento Interno coloca a Secretaria como responsável para o provimento de recursos financeiros para o Conselho. Se fosse o Fórum de Entidades que houvesse feito o "A Pedido" e publicado a resolução não haveria problema algum. Eu disse, por ocasião da convocação que houve na outra quinta-feira que saiu um e-mail convidando os trabalhadores para o Fórum de Entidades e era o Conselho que estava assinando. Quanto ao Fórum de Entidades não temos nenhum questionamento de quem está colocando os recursos ou de quem está chamando para fazer. O nosso questionamento foi por que o Conselho Municipal de Saúde fez a publicação, que teria que ser custeada pela Secretaria. Apenas esta publicação teria o custo, aproximadamente, de um terco do orcamento do Conselho, que é previsto para o ano inteiro. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Não vamos abrir para debates porque ambas as posições já estão esclarecidas. Fizemos uma leitura extensa dos nossos motivos. O SR. HEVERSON LUIS VILAR (CDS Restinga): A Resolução foi publicada no Diário Oficial de Porto Alegre? A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do (Conselho Municipal de Saúde): Não sei se já foi publicada, mas foi encaminhada. (Manifestação fora do microfone sugerindo fossem encaminhadas cópias dos ofícios, via e-mail, para que todos tomassem conhecimento.) Serão encaminhadas. Hoje completa um ano da ação da polícia federal, que ocorreu em 20 de janeiro de 2010, que foi a operação denominada Operação Pathos, responsável pela descoberta de toda a rede de corrupção que existia dentro da Secretaria Municipal da Saúde e que foi também apontada por este Conselho desde 2007. Salvamos ali a matéria que foi ao ar no dia. (É apresentada matéria do Jornal da RBS.) (Após a apresentação.) Para completar a informação, hoje estivemos no Ministério Público Federal, com o Dr. Procurador Marx Weber, que é Procurador do patrimônio público e está cuidando deste caso. Na oportunidade, tivemos a notícias de que as investigações continuam se processando e em breve teremos alguma notícia. Deixamos uma reunião préagendada para março, com a Procuradoria Criminal, porque são dois processos, um do Patrimônio Público e o outro na vara criminal. Faremos uma reunião conjunta, para termos maiores esclarecimentos a este respeito. Seguimos, como sempre, vigilantes. 7 - Conferência Nacional de Saúde. Está dentro do envelope a informação sobre os eixos da Conferência Nacional de Saúde, ou seja, da Conferência Municipal, da Conferência Estadual e da Conferência Nacional de Saúde. Já foi definido, no Núcleo de Coordenação do Conselho, que formaremos um grupo de trabalho, o qual será composto por alguns integrantes da Secretaria Municipal da Saúde e alguns integrantes do Conselho Municipal de Saúde. Num primeiro momento, faremos uma

217

218219

220

221222

223

224

225226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238239

240241

242243

244

245246

247

248

249250

251

252

253

254

255

256

257

258259

260

261262

263

264

265

266

267268

reunião com a Coordenação do Conselho, definindo alguns critérios que. posteriormente, serão trazidos ao conhecimento do Plenário, até para que se possa definir como será a composição. Peço que façam a leitura dos eixos da Conferência. Não vou repetir, pois já está escrito. Há uma informação nova com respeito a nossa mobilização. O Marcelo lembrou-me algo importante que é a proposta do local para a Conferência Municipal de Saúde. O local escolhido é o Ginásio Tesourinha e a proposta de data são os dias 2, 3 e 4 de junho. Restaram poucos lugares, mesmo que tenhamos começado a procurar com bastante antecedência. Tentamos a UFRGS, a PUC, a Casa do Gaúcho que fica perto da Câmara de Vereadores é um local pouco acessível. Além do mais, o valor a ser pago na Casa do Gaúcho seria de onze mil reais, o que consideramos bastante caro. Assim, ficamos com o Ginásio Tesourinha. A idéia é que se contrate uma empresa que irá tocar todo o processo e proceder as adequações necessárias no local. (Manifestação fora do microfone no sentido de que a sonorização do Ginásio Tesourinha é muito ruim.) Vamos ter que verificar esse problema no momento em que formos fazer a licitação para contratar a empresa. O Sr. MARCELO BÓSIO (Secretário Municipal da Saúde em exercício): Quero esclarecer que estamos desde novembro procurando locais. Fizemos uma previsão de mil pessoas o que faz com que figuem limitados muitos locais na Cidade. A Casa do Gaúcho que é um local onde haveria condições de se realizar a Conferência cobrou onze mil reais e ainda há a dificuldade de acesso. A idéia do Ginásio Tesourinha surgiu no Núcleo de Coordenação, já reservamos e vamos contratar uma empresa porque há uma série de acões que necessitam ser feita para a realização da Conferência. Será uma das nossas preocupações a questão do som, conforme apontado aqui. Para que possamos dar andamento é preciso que o Plenário aprove o local escolhido, pois isso significa muito para a organização da Conferência. O Sr. HUMBERTO SCORZA (CDS Glória): Pergunto se no Tesourinha há alguma despesa com aluguel? A Sra. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Não. O Sr. HAMILTON: Considerando que a Casa do Gaúcho foi construída com a intenção de à cidadania de Porto Alegre um espaço, acho que é um descalabro o preço cobrado e o Conselho poderia tomar alguma atitude junto à Prefeitura no sentido de que, para eventos com esse, não fosse cobrado essa exorbitância. Acho que cabe uma nota de repúdio ou alguma coisa que questione isso. A Sra. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Fica o registro e, depois, veremos o que é possível encaminhar. Quero referir que dentro do envelope que vocês receberam está, também, o relatório final de uma auditoria que foi feita na Estratégia de Saúde da Família, já administrada pelo Instituto de Cardiologia, que também foi de iniciativa do Conselho, a partir da análise do convênio feito. Não temos tido muito tempo nas plenárias para nos determos nas questões das auditorias, mas vamos fazer um estudo melhor e trazer para o conhecimento de todos. (Manifestações fora do microfone) Só há uma proposta de local que é no Ginásio Tesourinha e há a proposta do Hamilton com relação ao repúdio. Já foi tentado pela Secretaria, mas o preço é o que referi. Foi levantada essa mesma questão, referida pelo Hamilton, pela Secretaria, mas no momento é impossível. O Sr. MARCELO BÓSIO (Secretário Municipal da Saúde em exercício): Tentamos junto à Cultura, pois em alguns momentos eles liberavam para a Prefeitura, todavia não estamos mais liberando. Hoje a Casa do Gaúcho tem uma administração que não é mais da Secretaria Municipal de Cultura. (Manifestações em paralelo no Plenário.) Nós não conseguimos liberação de recurso. (Várias manifestações em paralelo.) A Sra. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Por favor, temos uma pauta importante, não vai ser resolutivo ficarmos discutindo este tema. De nada adianta encaminharmos essa discussão agora. Essa questão já foi levantada pela Secretaria, já foi discutido no Núcleo. Assim, solicito que se possa fazer essa discussão num outro momento porque hoje a nossa pauta é extensa. (Várias manifestações do Plenário.) Gente, vamos votar a proposta que existe porque estamos desde o ano passado

271

272273

274

275

276277

278

279

280

281

282

283 284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304305

306

307

308 309

310

311

312

313314

315316

317

318

319

320321

322

buscando locais e não foi possível encontrar. Todos os lugares citados por vocês foram vistos: Dante Barone, UFRGS, PUC; todos os lugares que comportam cerca de 2 mil pessoas. Vamos votar porque só há um local. Depois, se houver outra possibilidade concreta voltamos a discutir o assunto. O Sr. HUMBERTO SCORZA (CDS Glória): Quero entender uma coisa: há uma gestão, que é a gestão municipal; há uma coisa pública. Então, a terceirizada (várias manifestações em paralelo). Isto ocorre quando se terceiriza, quando um poder público abre mão e entrega para a iniciativa privada, achando que vai melhorar. A Sra. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Em regime de votação a utilização do Ginásio Tesourinha para a realização da Conferência Municipal de Saúde. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 31 votos a favor. Os (as) conselheiros (as) que não aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 04 votos contrários. Abstenções? 01 Abstenção. APROVADA a utilização do Ginásio Tesourinha para a realização da Conferência Municipal de Saúde. (Manifestação vinda do Plenário, fora do microfone, dizendo que a aprovação foi como indicativo e não definitiva.) Se aparecer outra possibilidade concreta que seja melhor que o Ginásio Tesourinha voltaremos a discutir. 9 - Seminário Não à Fundação no **SUS.** Chamo a atenção dos presentes que no dia 26 de janeiro de 2011, quarta-feira, às 18h30min, o SIMERS-Sindicato Médico um seminário para discutir a questão das fundações no SUS, com a presença do Professor Aragon, que é Professor da Universidade do Rio Grande do Sul e também da Médica Sonia Gesseira, da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Este assunto foi discutido na reunião do Fórum de Entidades, hoje pela manhã, aqui no Plenário deste Conselho. Também será encaminhado um "A Pedido" no qual constará toda aquela nossa pauta que já foi veiculada tantas vezes, em documentos assinados por todos, e que em virtude dos problemas já vividos eu gostaria de submeter a análise do Conselho. Vou fazer a leitura. (É feita a leitura do documento.) (Após a leitura) Isto vai ser publicado e pergunto se o Plenário concorda que seja veiculado com o nome do Conselho Municipal de Saúde, considerando que o Conselho faz parte do Fórum de Entidades em defesa do SUS. É preciso que figue claro e não reste nenhuma dúvida a este respeito. Em regime de votação. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá (Pausa.) 39 votos a favor. Os (as) conselheiros (as) que não aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 1 voto contrário. Abstenções? 2 Abstenções. O Sr. MARCELO BÓSIO (Secretário Municipal de Saúde em exercício): Recebemos hoje o convite da Bancada de Vereadores do PSB, da Câmara de Porto Alegre, que juntamente com o SIMERS estará fazendo um debate sobre as fundações. O Seminário ocorrerá na Câmara Municipal de Porto Alegre. A Sra. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): No dia 3 de fevereiro teremos a audiência pública, na Câmara de Vereadores, para a qual contamos com a presença de todos (as). Pedimos que façam a reprodução deste convite nas suas redes, aos seus pares, nas comunidades, nos seus sindicatos e associações. Será às 18h30min. Vamos reforçar o convite quando estiver mais próximo da data, enviando e-mail e telefonando a todos para que participem. Inclusive, no dia 3 está prevista plenária do Conselho e a realizaremos naquele local, da mesma forma como fizemos na discussão das AEIS. Teremos a lista de presença lá, embora não seja uma reunião com caráter deliberativo. Temos, hoje, como tema central da nossa discussão a questão das UPAS. Sei que o Jorge está ansioso porque ele tinha um compromisso familiar. Eu te peço desculpas, Jorge, mas já tínhamos preparado esta reunião com antecedência, se tu tivesses me falado antes poderíamos ter programado de outra forma. Passamos à PAUTA: Proposta de Instalação das UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) em Porto Alegre. A proposta é fazermos a discussão a partir dos critérios que foram estabelecidos por esse plenário. Depois da apresentação faremos a leitura do parecer, e os integrantes do plenário poderão se manifestar quando faremos a discussão sobre a localização das UPAS, de região por região, e

325

326327

328

329330

331

332333

334

335

336

337338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348349

350351

352

353354

355

356

357

358359

360

361

362363

364

365

366

367368

369370

371

372

373374

375

376

deliberamos para cada região. O conselheiro ALBERTO TERRES solicita a palavra para Questão de Ordem. O Sr. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional de Serviço Social): A Questão de Ordem que trago está de acordo com o Regimento Interno do Conselho, no art. 5°, que diz: (Lê) Cabe ao Plenário - Deliberar nas situações em que couber recurso às decisões do Núcleo de Coordenação. E justifico a minha Questão de Ordem: o Conselho Distrital do Eixo Baltazar encaminhou para o Núcleo de Coordenação desse Conselho Municipal de Saúde uma solicitação para que o Conselho Distrital pudesse fazer uma apresentação dos critérios elencados pela comunidade, por discorda dos pareceres. E como a Secretaria Municipal já faz mais de uma apresentação sobre a localização das UPAS, e a comunidade não fez nenhuma, a comunidade recorre ao Plenário para que esse possa deliberar sobre a apresentação por parte da comunidade, já que não tivemos a oportunidade de fazer essa apresentação aqui no Plenário do Conselho daquilo que discutimos no Conselho Distrital. Então, com base no art. 5.º, e recorrendo da decisão do Núcleo de Coordenação, solicitamos que seja colocada em votação a possibilidade de fazermos essa nossa apresentação, tendo em vista que algumas pessoas não se sentem suficientemente esclarecidas para votar. Obrigado. A Sra. MÔNICA LEYSER (Questão de Ordem): Pergunto se a discussão das UPAS esgota-se hoje, aqui? Porque temos outras considerações sobre outros aspectos relativos à implantação das UPAS que, no entendimento do Sindicato dos Enfermeiros, não estão esqotadas. Por exemplo: por que é que a Secretaria Estadual de Saúde está envolvida no financiamento das UPAS? Segundo: qual o critério do gestor para a contratação de pessoal para a operacionalização desses equipamentos? Terceiro: qual o planejamento e previsão orçamentária da ampliação da rede de atenção primária que deve acompanhar a instalação das UPAS? Quarto: como se estruturará a regulação das especialidades. exames e procedimentos, com o aumento de portas de entrada através da Atenção Básica, cuja estimativa é de 125 novas equipes, se acompanhar o critério de cobertura de 50% para cada UPA? Como está sendo estruturada essa demanda, que vai gerar consultas, procedimentos, remédios, exames? A Sra. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): A respeito da Questão de Ordem colocada pelo Terres: no entendimento do Núcleo de Coordenação desse Conselho, quando realizamos a plenária do dia 25, na Câmara de Vereadores, fizemos uma deliberação, no sentido de que a discussão deveria ser aprofundada, através da SETEC ampliada, e que pudesse trazer o conjunto da participação de todas as comunidades. Isso foi feito. A apresentação da comunidade do Eixo Baltazar foi garantida no processo, e construímos critérios que foram aprovados na plenária anterior pelo coletivo desse plenário, e na nossa avaliação essa questão está contemplada. Em relação ao que a Mônica refere entendemos que todas as questões que ela levantou também fazem parte do quadro de critérios que elaboramos, inclusive do parecer. O Terres fez a apresentação na reunião ampliada da SETEC, com a participação dos Conselhos, onde todos os Conselheiros foram chamados, porque foi isso que deliberamos na reunião do dia 25. Entendemos que fazer essa discussão novamente será voltar ao processo de discussão que já foi superado por esse Conselho. Mesmo assim, submetemos ao plenário a Questão de Ordem levantada pelo Conselheiro Terres a respeito da apresentação pela região Eixo Baltazar. Em votação a Questão de Ordem levantada pelo Conselheiro Terres. Os (as) Conselheiros (as) favoráveis à proposta para que seja feita a apresentação pela região Eixo Baltazar a respeito da localização das UPAS levantem o crachá. (Pausa). 17 votos a favor. Os (as) Conselheiros (as) contrários à proposta para que seja feita a apresentação pela região Eixo Baltazar a respeito da localização das UPAS levantem o crachá. (Pausa). 17 votos contrários. Vamos refazer a votação. (É feita nova votação). Resultado: 17 votos favoráveis à apresentação na noite de hoje; 21 votos contrários à apresentação na noite de hoje. Está REJEITADA a Questão de Ordem do Conselheiro Alberto Terres. O Sr. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional

379

380 381

382

383

384 385

386

387

388 389

390

391

392393

394

395

396

397

398

399

400

401

402 403

404 405

406

407 408

409

410

411

412

413

414

415

416 417

418

419 420

421

422

423 424

425

426 427

428 429

430

de Servico Social): Quero apenas dizer que assim como estamos radicalizando na democracia em relação à questão das fundações, onde estamos discutindo, discutindo e pressionando os Vereadores, quero também aqui radicalizar a democracia, para que tenhamos mais espaços para discutir. Citando também o Regimento Interno, o art. 19 diz o seguinte: (Lê) Cabe à SETEC promover debates e questionamentos, investigando dados e informações pertinentes aos diversos temas e assuntos que chegam ao Conselho Municipal de Porto Alegre, com vistas a subsidiar o plenário. Ainda justificando a minha Questão de Ordem quero dizer que na apresentação feita até agora pela Secretaria Municipal de Saúde a Secretaria diz que quanto aos dados do Grupo Hospitalar Conceição ela não conseguiu esses dados por região de Porto Alegre, apenas pela região metropolitana. Pois, guero entregar para a Coordenadora do Conselho três documentos dos Hospital Cristo Redentor. São dados novos, fatos novos, onde constam todos os atendimentos no Hospital Cristo Redentor, na emergência, no ano de 2010, por bairro. Então, se o Regimento Interno diz que compete à SETEC promover e questionamentos, investigando os dados, significa dizer que os dados apresentados pela Secretaria até agora não condizem com a realidade da emergência do Hospital Cristo Redentor. Então, aqui estão dos dados sobre internação no ano de 2010, todas elas no Cristo Redentor; consultas programadas, todas elas no Cristo Redentor, e pacientes internados, por bairro de Porto Alegre. Então, gostaria que pudéssemos estar avaliando estes dados. Obrigado. O Sr. MARCELO BÓSIO (Secretário Adjunto da Saúde): Eu gostaria de uma Questão de Ordem. Eu gostaria que simplesmente nós não apresentássemos hoje. A SETEC fez a discussão. Então, que se lesse o parecer e votasse o parecer da SETEC. A Sra. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Só um pouquinho. Na verdade, eu vou manter a proposta do Núcleo de Coordenação. Primeiro, porque já fizemos uma votação. E a votação vencedora foi de que hoje não haverá apresentação da região Eixo Baltazar. Então, primeiro vamos fazer a leitura do parecer, depois vamos discutir por região e, quando chegar a UPA da zona Norte, nos critérios você apresenta estes dados, porque vai ser o espaço que a região vai ter para bater os dados. Isso é óbvio. A Sra. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde): É muito interessante esta questão do Regimento Interno. Porque, na verdade, é isso, a SETEC é uma estrutura do Conselho e a maioria dos seus membros é conselheira, trabalha voluntariamente. Portanto, esta questão da pesquisa que está ali, sim, é dentro daquilo que está disponível e nós não tivemos isso disponível. A Secretaria não tem estas informações, não trouxe, mas isso não impediu que a SETEC pudesse fazer o parecer. Então, eu reivindico ao plenário o respeito que sempre teve pela Secretaria Técnica e pelos seus pareceres. Porque o trabalho que fizemos é absolutamente cansativo, é exaustivo e não fizemos de maneira irresponsável. Trabalhamos em cima de todos os critérios definidos e deliberados pelo plenário e fizemos esta discussão com todas as regiões que estivam presentes. Então, reivindico ao plenário respeito ao trabalho da Secretaria Técnica. A Sra. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Eu também concordo. São fatos novos que tu terás a oportunidade, assim como os membros do Conselho Distrital, de contestar no momento em que forem apresentados. É simples. Vamos começar com a apresentação e proceder ao processo da maneira conforme combinamos. O SR. JORGE OSÓRIO (Coordenadoria de Urgências): Boa-noite. Meu nome é Jorge Osório. Sou Coordenador do pronto Atendimento Cruzeiro do Sul e Assessor Técnico da Coordenação Municipal de Urgências. Meu motivo de ansiedade é que hoje estou fazendo dez anos de casado e minha mulher está me esperando em casa. (Apresenta data show.) COBERTURA DAS UPAS: PORTARIA GM/MS 1020 (2009): "PORTO ALEGRE: População: Residentes 1.496.000 habitantes + Flutuante de 450.000 pessoas Necessidade: 6,5 a 9,5 UPAS - Porte III (cobertura de 200.000 a 300.000 habitantes) Proposta: Rede de 8 UPAs, distribuídas estrategicamente no território da

433

434435

436

437

438 439

440

441 442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458459

460

461 462

463

464

465

466 467

468

469

470 471

472

473 474

475

476

477 478

479

480

481

482 483

484

487 cidade: Cada UPA terá uma área de cobertura envolvendo vários bairros ou regiões: poderá ser acrescida de mais 2 SE (Salas de Estabilização - art. 3º) em núcleos de 488 489 urbanização de regiões isoladas e distantes das UPAs e emergências (Lami e Ilha da Pintada). Unidades Existentes: PACS (porte III); PABJ (porte II); PALP (porte II); PA 490 491 Restinga (porte II); Unidades Propostas: 2 UPAs licitadas pela SES aguardando 492 liberação do terreno. UPA Zona Norte (porte III); UPA Navegantes (porte III); UPA 493 Partenon/Azenha (porte III); UPA Zona Sul (porte III); COBERTURA DAS UPAS: 494 Critérios para Instalação de Novas 495 Parecer do CMS, de 22/12/2010, aprovado em 06/01/2011. Critérios Estabelecidos na 496 Portaria 1020/2009: Atender uma população a ser coberta, de acordo com o porte 497 estabelecido. No caso de Porto Alegre, estão previstas UPAs porte III, que devem atender uma população de 200.001 a 300.000 pessoas; Existência, na área de 498 499 cobertura da UPA, de SAMU-192 implantado e habilitado: Cobertura da Estratégia de 500 Saúde da Família de, no mínimo, 50% na área de abrangência de cada UPA; Grades 501 de referência e contrarreferência pactuadas em nível locorregional com as Unidades de 502 Atenção Básica/Saúde da Família, como também com os hospitais de retaguarda, o 503 Serviço Móvel de Atendimento às Urgências e o transporte sanitário (quando houver); 504 Garantia de retaguarda hospitalar. Que seja estabelecida a área de abrangência da <u>UPA, considerando: o</u> perfil epidemiológico da população, incluindo as condições de 505 506 vulnerabilidade e as demandas nos serviços de emergência hospitalar: Áreas de vazios 507 em atendimento de emergência. Que seja considerada a acessibilidade da população a 508 ser atendida, considerando: a facilidade de transporte coletivo; O tempo de 509 deslocamento em transporte coletivo para as regiões mais distantes da área de 510 cobertura, garantindo a condição de acesso oportuno e rápido ao serviço de urgência. A área a ser escolhida deve contemplar: o terreno deve ter as dimensões e condições 511 geográficas necessárias e adequadas à instalação do equipamento. Deve ser 512 513 preferencialmente uma área pública. Na situação em que não houver área pública 514 disponível, deverá ser buscado terreno que contemple as necessidades, mesmo que seja necessário adquiri-lo através de compra ou outra forma prevista na legislação 515 516 municipal. O gerenciamento da UPA deve ter como critérios de prioridade: ser 517 gerenciado pelo próprio município; Ser gerenciado por prestador público; ser gerenciado por prestador privado filantrópico. UPA / PA NORTE Porte III BAIRROS 518 519 Passo das Pedras, Rubem Berta, Cristo Redentor, Jardim Itú, Jardim Lindóia, São Vila Ipiranga, Jardim Floresta, Sarandi POPULAÇÃO 246.812 Habit. ESF 520 521 20 Equipes Cobertura de 30 % SAMU Centro Vida Cristo Redentor REF. HOSPITALAR HNSC, Cristo Redentor, HCC OPERADOR GHC CAIRU/ NAVEGANTES Porte III 522 523 Auxiliadora, Bela Vista, Centro, Floresta, Independência, Moinhos de Vento, 524 Mont'Serrat, Anchieta, Arquipélago, Navegantes, São Geraldo, Humaitá, Farrapos, 525 Santa Maria Goretti, Boa Vista, Higienópolis, Passo d'Areia, Jardim São Pedro, São João 218.003 Habit 9 Equipes Cobertura de 15% Navegantes HPS Santa Casa. Cristo 526 Redentor, HCSA Santa Casa? BOM JESUS Porte II Jardim Botânico, Petrópolis, 527 Jardim Sabará, Morro Santana, Chácara das Pedras, Três Figueiras, Vila Jardim, Bom 528 529 Jesus, Jardim do Salso, Jardim Carvalho, Mário Quintana 193.528 Habit 16 Equipes Cobertura de 28,94 % Bom Jesus HSL/ PUCRS, Cristo Redentor SMS/PMPA 530 AZENHA / PARTENON Porte III Azenha, Bom Fim, Cidade Baixa, Farroupilha, Menino 531 532 Deus, Rio Branco, Santa Cecília, Santana, Praia de Belas, Cel. Aparício Borges, Partenon, Santo Antonio, São José, Vila João Pessoa 239.692 Habit. 14 Equipes 533 Cobertura de 21 % Partenon HPS (4) HCPA, HPS. HCPA. CRUZEIRO DO SUL Porte 534 535 III Camaquã, Nonoai, Teresópolis, Cristal, Medianeira, Santa Tereza, Belém Velho, Cascata, Glória, Tristeza, Vila Assunção 217.213 18 Equipes Cobertura de 30 % PACS 536 537 HVN, HPS, HMIPV. SMS/PMPA. LOMBA DO PINHEIRO Porte II Agronomia, Lomba do Pinheiro. 56.275 10 Equipes Cobertura de 70 % Lomba do Pinheiro HSL/ PUCRS, 538 HPS. SMS/ PMPA, HSL/ PUCRS RESTINGA Porte II Restinga 53.764 4 Equipes 539 540 Cobertura de 27 % Restinga HVN, HMIPV, HPS, (HMV). HMV. SUL Porte III Campo

Novo, Vila Nova, Cavalhada, Belém Novo, Chapéu do Sol, Lami, Ponta Grossa, 541 542 Lageado, Espírito Santo, Guarujá, Ipanema, Pedra Redonda, Serraria, Vila conceição, 543 Hípica 135.303 5 Equipes Cobertura de 10 % Serraria Cavalhada Belém Novo HPB e HVN, HPS. HPB ou HDP. ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO: HPS - 12/05/2009 a 544 12/05/2010 - GERÊNCIA DISTRITAL - Nº PACIENTES - PERCENTUAL. CENTRO 545 30.856 - 24,92% PARTENON 18.017 - 14,55% - CENTRO-SUL 12.994 - 10,49% -546 547 CRUZEIRO 11.648 – 9,41% - LESTE 9.027 – 7,29% - GLÓRIA 7.729 – 6,24% - SUL 6.654 – 5,37% - LOMBA DO PINHEIRO 5.842 – 4.72% - HUMAITÁ / NAVEGANTES / 548 ILHAS 4.596 - 3.71% - NOROESTE 3.704 - 2.99% - RESTINGA 3.365 - 2.72% -549 EXTREMO-SUL 2.741 -2,21% - UNIDADE DE SAÚDE - Nº PACIENTES -550 551 PERCENTUAL CENTRO DE SAÚDE MODELO 13.739 - 1,09% - CENTRO DE SAÚDE SANTA MARTA 12.841 - 10,37% - ESF SANTA CECÍLIA I 4.276 - 3,45% -552 GLÓRIA + CRUZEIRO 3.336 - 21.3% - CENTRO 2.842 - 17.9% - LESTE + 553 NORDESTE 2.276 - 14,3% - LOMBA DO PINHEIRO + PARTENON 2.180 - 13,7% -554 SUL + CENTRO-SUL 2.007- 12,7% - NORTE + EIXO BALTAZAR 1.674 - 10,6% -555 556 RESTINGA + EXTREMO SUL 1.097 - 6,9% - NOROESTE + NAVEGANTES 414 -**ESTATÍSTICAS** 557 2.6% TOTAL 15.826 100%. DE ATENDIMENTO: 558 HNSC - 01/01/2010 a 31/12/2010 - PROCEDÊNCIA - INTERNAÇÃO PORTO ALEGRE 29.120 (51,4%) GRANDE PORTO ALEGRE 20.147 (35,5%) INTERIOR 559 560 7.366 (13%)FORA DO ESTADO – 14 – 0.1% TOTAL 56.647 (100%) AMBULATÓRIO – PORTO ALEGRE 616.623 (58,8%) GRANDE PORTO ALEGRE 276.503 (26,3%) 561 INTERIOR 154.915 (14,7%) FORA DO ESTADO 388 (0,2%) TOTAL 1.048.429 -562 100% EMERGÊNCIA PORTO ALEGRE 324.190 (65,1%) GRANDE PORTO ALEGRE 563 157.772 (32.7%) INTERIOR 15.288 (3%) FORA DO ESTADO 122 (0.2%) TOTAL 564 497.372 (100%). UPA ZONA NORTE: TRIÂNGULO AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS 565 Critérios estabelecidos na Portaria 1020/2009: Referência para uma população de 566 567 246.000 habitantes (ver tabela), de acordo com a capacidade da UPA porte III (de 200.001 a 300.000 pessoas); Cobertura de SAMU-192 das bases Centro Vida e 568 Hospital Cristo Redentor; Cobertura de 20 equipes da Estratégia de Saúde da Família 569 570 correspondendo a cerca de 30% de cobertura (deve ser ampliada a cobertura); Grades 571 de referência e contra-referência pactuadas em nível loco-regional com as Unidades de 572 Atenção Básica/Saúde da Família, como também com os hospitais de retaquarda e o 573 SAMU (classificação de risco). Retaguarda hospitalar do H. Conceição (casos clínicos), H. Cristo Redentor (trauma), H. Criança Conceição (pediatria) e via CERIH. Área de 574 575 abrangência da UPA, considerando: Perfil epidemiológico da população e as demandas 576 nos serviços de emergência hospitalar (anexos); Com a UPA Zona Norte, confluindo sua área de abrangência com o PABJ e a UPA Cairú / Navegantes, mais a cobertura 577 578 do SAMU e dos hospitais da região, não haverá vazio de atendimento de emergência. 579 Acessibilidade da população a ser atendida, considerando: Facilidade de transporte coletivo: Triângulo: 40 linhas de ônibus: 192.500 passageiros /dia Centro Vida: 12 580 linhas de ônibus: 77.500 passageiros /dia Necessário apenas 1 ônibus, pouco tempo 581 de deslocamento. Cobertura de 2 bases do SAMU, facilitando o acesso oportuno e 582 583 rápido ao serviço de urgência. A área a ser escolhida deve contemplar: Os terrenos da 584 praça junto ao triângulo têm as dimensões e condições geográficas necessárias e 585 adequadas à instalação do equipamento, área de abrangência contempla inclusive 586 entrada do município. A praça é uma área pública, a ser liberada pelo próprio município. O terreno ao lado é privado e é necessário adquiri-lo através de compra ou 587 outra forma prevista na legislação municipal. O gerenciamento da UPA - Critérios de 588 prioridade: ser gerenciado pelo próprio município; ser gerenciado por prestador público 589 590 (GHC); ser gerenciado por prestador privado filantrópico. UPA ZONA NORTE: 591 **CENTRO VIDA** AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS Critérios estabelecidos na Portaria 1020/2009: 592 Referência para uma população de 167.500 habitantes, menor que a capacidade da 593

UPA porte III (de 200.001 a 300.000 pessoas); Cobertura de SAMU-192 da base

Centro Vida: Cobertura de 18 equipes da Estratégia de Saúde da Família correspondendo a cerca de 35% de cobertura (deve ser ampliada a cobertura); Grades de referência e contra-referência serão pactuadas em nível loco-regional com as Unidades de Atenção Básica/Saúde da Família, como também com os hospitais de retaquarda, o Servico Móvel de Atendimento às Urgências Retaquarda hospitalar do H. Conceição (casos clínicos), H. Cristo Redentor (trauma), H. Criança Conceição (pediatria) e via CERIH. Área de abrangência da UPA, considerando: Perfil epidemiológico da população e as demandas nos serviços de emergência hospitalar (anexos): Poderá haver áreas de vazios em atendimento de emergência (de UPA) em parte do Sarandi, Cristo Redentor, Jardim Lindóia, São Sebastião e Jardim Floresta. mantendo a referência do HNSC e HCR. Acessibilidade da população a ser atendida, considerando: Facilidade de transporte coletivo: Triângulo: 40 linhas de ônibus: 192.500 passageiros /dia Centro Vida: 12 linhas de ônibus: 77.500 passageiros /dia Necessário 1 a 2 ônibus, com menor frequência de horários. Cobertura de 1 base do SAMU. Terreno de fundos, tendo que percorrer trecho por meios próprios, com periculosidade. Sem visibilidade da Av. Baltazar O. Garcia. A área a ser escolhida deve contemplar: O terreno é de fundos, no Centro Vida, com acesso sem pavimentação e com previsão de abertura de avenida ocupando parte do terreno, inviabilizando as dimensões do terreno. Acesso com periculosidade, principalmente à noite. O terreno é uma área pública (do Estado), a ser liberada pelo Governo do Estado. O gerenciamento da UPA - Critérios de prioridade: ser gerenciado pelo próprio município; ser gerenciado por prestador público (GHC?); ser gerenciado por prestador privado **UPA** CAIRU *NAVEGANTES* AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS Critérios estabelecidos na Portaria 1020/2009: Referência para uma população de 218.000 habitantes (ver tabela), de acordo com a capacidade da UPA porte III (de 200.001 a 300.000 pessoas); Cobertura de SAMU-192 das bases Navegantes e HPS (4); Cobertura de 9 equipes da Estratégia de Saúde da Família correspondendo a cerca de 15% de cobertura (deve ser ampliada a cobertura): Grades de referência e contra- referência pactuadas em nível loco-regional com as Unidades de Atenção Básica/Saúde da Família, como também com os hospitais de retaguarda e o SAMU (classificação de risco). Retaguarda hospitalar do H. Conceição e Santa Casa (casos clínicos), H. Cristo Redentor (trauma), H. Crianca Conceição e H. Santo Antônio (pediatria) e via CERIH. Área de abrangência da UPA, considerando: Perfil epidemiológico da população e as demandas nos serviços de emergência hospitalar (anexos); Com a UPA Cairú / Navegantes, confluindo sua área de abrangência com a UPA Zona Norte. UPA Azenha / Partenon. PABJ. a cobertura do SAMU e dos hospitais do Centro e da região Centro-Norte, não haverá vazio de atendimento de emergência. Acessibilidade da população a ser considerando: Facilidade de transporte coletivo: Terminal Cairú: 55 linhas de ônibus: 235.240 passageiros /dia. Necessário apenas 1 ônibus, pouco tempo de deslocamento. Cobertura de bases do SAMU, facilitando o acesso oportuno e rápido ao serviço de urgência. A área a ser escolhida deve contemplar: O terreno entre o terminal Cairú, um dos futuros "Portais", e Av. Sertório, atende ao critério de tamanho, ampla acessibilidade para toda a região de abrangência (inclusive ilhas e entrada da cidade) e com boa visibilidade. O terreno é privado e é necessário adquiri-lo através de compra ou outra forma prevista na legislação municipal. Poucas áreas com tamanho adequado disponíveis na região. O gerenciamento da UPA - Critérios de prioridade: Ser gerenciado pelo próprio município; Ser gerenciado por prestador público (GHC?); Ser gerenciado por prestador privado filantrópico (Santa Casa?). UPA AZENHA / PARTENON AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS Critérios estabelecidos na Portaria 1020/2009: Referência para uma população de 239.412 habitantes (ver tabela), de acordo com a capacidade da UPA porte III (de 200.001 a 300.000 pessoas); Cobertura de SAMU-192 das bases HPS (4) e Partenon; Cobertura de 14 equipes da Estratégia de Saúde da Família correspondendo a cerca de 21% de cobertura (deve ser ampliada

595

596

597

598599

600

601

602

603

604 605

606

607 608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620 621

622623

624

625

626 627

628629

630

631

632633

634

635

636 637

638

639 640

641

642

643644645

646

a cobertura): Grades de referência e contra-referência pactuadas em nível loco-649 regional com as Unidades de Atenção Básica/Saúde da Família, como também com os 650 651 hospitais de retaguarda e o SAMU (classificação de risco). Retaguarda hospitalar do HCPA (casos clínicos), HPS (trauma), HMIPV (pediatria) e via CERIH. Área de 652 abrangência da UPA, considerando: Perfil epidemiológico da população e as 653 demandas nos serviços de emergência hospitalar (anexos); Com a UPA Partenon 654 655 confluindo sua área de abrangência com a UPA Cairú / Navegantes, PACS, PABJ, a cobertura do SAMU e dos hospitais do Centro, não haverá vazio de atendimento de 656 emergência. Acessibilidade da população a ser atendida, considerando: Facilidade de 657 transporte coletivo: Terminal Azenha: 101 linhas de ônibus: 334.340 passageiros /dia. 658 659 Necessário apenas 1 ônibus, pouco tempo de deslocamento. Cobertura de bases do SAMU, facilitando o acesso oportuno e rápido ao serviço de urgência. A área a ser 660 escolhida deve contemplar: O terreno próximo ao terminal Azenha, um dos futuros 661 662 "Portais" atende ao critério de tamanho, ampla acessibilidade para toda a região de abrangência e com boa visibilidade. O terreno é uma área pública (do Estado), a ser 663 664 liberada pelo Governo do Estado. Poucas áreas com tamanho adequado disponíveis 665 na região. O gerenciamento da UPA - critérios de prioridade: Ser gerenciado pelo próprio município; Ser gerenciado por prestador público (HCPA); Ser gerenciado por 666 667 prestador privado filantrópico (H. Ernesto Dorneles). Critérios estabelecidos na Portaria 668 1020/2009: Referência para uma população de 128.338 habitantes, menor que a capacidade da UPA porte III (de 200.001 a 300.000 pessoas); Cobertura de SAMU-669 670 192 da base Partenon: Cobertura de 6 equipes da Estratégia de Saúde da Família correspondendo a cerca de 17,8% de cobertura (deve ser ampliada a cobertura); 671 Grades de referência e contra-referência pactuadas em nível loco-regional com as 672 Unidades de Atenção Básica/Saúde da Família, como também com os hospitais de 673 retaguarda e o SAMU (classificação de risco). Retaguarda hospitalar do HSL-PUCRS? 674 675 (casos clínicos), HPS (trauma), HMIPV (pediatria) e via CERIH. Área de abrangência da UPA, considerando: Perfil epidemiológico da população e as demandas nos 676 serviços de emergência hospitalar (anexos); Poderá haver áreas de vazios em 677 678 atendimento de emergência (de UPA) nos bairros Cidade Baixa, Farroupilha, Menino 679 Deus, Rio Branco, Santa Cecília, Santana e Praia de Belas, mantendo a referência do 680 HCPA e HPS. Sobreposição da área de cobertura do PABJ e PALP. Acessibilidade da 681 população a ser atendida, considerando: Facilidade de transporte coletivo: Corredor Bento Gonçalves: 38 linhas de ônibus: 91.252 passageiros /dia. Necessário apenas 1 682 683 ônibus, pouco tempo de deslocamento. Cobertura de bases do SAMU, facilitando o acesso oportuno e rápido ao servico de urgência. A área a ser escolhida deve 684 685 contemplar: O terreno atende ao critério de tamanho, acessibilidade apenas para a região de abrangência e com boa visibilidade. O terreno é uma área de loteamento (do 686 687 Município), a ser liberada. O gerenciamento da UPA - Critérios de prioridade: Ser gerenciado pelo próprio município; Ser gerenciado por prestador público; Ser 688 689 gerenciado por prestador privado filantrópico (H. São Lucas - PUCRS). UPA ZONA 690 SUL AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS Critérios estabelecidos na portaria 1020/2009: 691 Referência para uma população de 135.303 habitantes (ver tabela), abaixo da capacidade da UPA porte III (de 200.001 a 300.000 pessoas) - área em expansão 692 populacional acelerada: Cobertura de SAMU-192 das bases Cavalhada. Serraria e 693 694 Belém Novo; Cobertura de 5 equipes da Estratégia de Saúde da Família correspondendo a cerca de 13% de cobertura (deve ser ampliada a cobertura): Grades 695 de referência e contra-referência pactuadas em nível loco-regional com as Unidades de 696 Atenção Básica/Saúde da Família, como também com os hospitais de retaguarda e o 697 698 SAMU (classificação de risco). Retaguarda hospitalar do H. Parque Belém e H. Vila 699 Nova (casos clínicos), HPS (trauma), HMIPV (pediatria) e via CERIH. Área de abrangência da UPA, considerando: Perfil epidemiológico da população e as 700 demandas nos serviços de emergência hospitalar (anexos); Com a UPA Zona Sul 701 702 confluindo sua área de abrangência com o PACS, PA Restinga, a cobertura do SAMU e

dos hospitais da Zona Sul e do Centro, não haverá vazio de atendimento de emergência. Acessibilidade da população a ser atendida, considerando: Facilidade de transporte coletivo: Terceira Perimetral: linhas de ônibus: passageiros /dia. Necessário apenas 1 ônibus, para a maioria da população, com tempo de deslocamento adequado. Cobertura de bases do SAMU, facilitando o acesso oportuno e rápido ao serviço de urgência. A área a ser escolhida deve contemplar: O terreno junto a Terceira Perimetral, eixo de transporte da Zona Sul, próximo ao entroncamento da Av. Cavalhada com Eduardo Prado. Atende ao critério de tamanho, ampla acessibilidade para toda a região de abrangência e com boa visibilidade. O terreno está em fase de avaliação técnica, com levantamento de áreas públicas na região. Muitas áreas com tamanho adequado disponíveis na região. O gerenciamento da UPA deve ter como critérios de prioridade: Ser gerenciado pelo próprio município; Ser gerenciado por prestador público: Ser gerenciado por prestador privado filantrópico (H. Parque Belém. H. Divina Providência). COBERTURA DAS UPAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS: O planejamento da localização de uma UPA e a sua área de cobertura, não tem a mesma lógica de uma UBS ou UESF. Pelo seu porte e custo não visa contemplar apenas uma região ou muito menos um bairro. Não deve ser motivo de disputas e interesses localizados. Sua localização deve ser criteriosa, levando-se em conta a acessibilidade. A urgência não privilegia local, hora e nem segmentos da população". A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Vou proceder à leitura do Parecer da SETEC sobre as UPAS. Vocês todos receberam o parecer. Depois abriremos para discussão. (É feita a leitura do Parecer) (Após a leitura do Parecer) Agora vamos abrir tempo para discussão, por região e localização de UPA's, A primeira é a da Zona Norte, O SR, HEVERSON LUIS VILAR (CDS Restinga): Há duas UPA's na Zona Norte. Então, fala o grupo da primeira UPA e depois vamos para o da segunda. Se misturar as UPA's, não vamos entender. (Manifestações em paralelo no Plenário.) A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Um momento, não consigo entender por que todos estão falando juntos. Temos que definir. A Zona Norte tem duas propostas de UPA. Se vocês observaram, pelo Parecer da SETEC consideramos adequados todos os locais que foram apresentados. No entanto, em alguns critérios há diferencas. Isto é o que está escrito no Parecer. A proposta apresentada por vocês foi que a discussão seja feita por região. Então, vamos abrir a discussão da Região Norte, que conta com duas possibilidades de localização. As pessoas vão se inscrever e falar o que pensam, a partir do que foi apresentado, dos critérios e do Parecer da SETEC. É isto que está em discussão. Vamos ter que deliberar e votar sobre um lugar para que ela seja colocada. O SR. ALBERTO MOURA TERRES (Cons. Reg. de Serviço Quero dizer que toda a comunidade que tiver divergência no que foi apresentado, ela vai ser prejudicada porque não pode fazer a apresentação. É uma consideração minha. Por outro lado, passei para vários conselheiros um boletim contendo vários dados epidemiológicos, que foram apresentados na SETEC e discutidos na Região Eixo Baltazar. Esses dados não são só dados epidemiológicos, mas também sociais e econômicos. Os dados da Noroeste que fica no Triângulo, todos eles estão com a qualidade de vida, com todos os critérios fora desses dados epidemiológicos. É uma região que tem alta qualidade de vida em todos os sentidos, em detrimento das outras regiões. Fica difícil fazer uma explanação a respeito deste tema em apenas três minutos! Mas, gostaria que vocês dessem uma olhada no que quero apresentar a respeito da regionalização. Quando a Região Noroeste foi apresentada pela Secretaria, a UPA Norte pega Rubem Berta, Sarandi, Passo das Pedras, Itu Sabará, Cristo Redentor, Vila Ipiranga, São Sebastião, Jardim Floresta e Jardim Lindóia. Esta é a regionalização da UPA Zona Norte. Entre o Sarandi, Rubem Berta e Passo das Pedras que é a região que fica próxima ao Centro Vita, só nessas três regiões, estão 183.750 habitantes, de acordo com o censo 2000, sem contar com o último censo que, com certeza, trará números maiores. Nas outras sete: Vila Ipiranga,

703

704705

706

707

708 709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724 725

726 727

728 729

730 731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752753

754

Cristo Redentor, Jardim Lindóia, Jardim Itu, São Sebastião e Jardim Floresta há 63 mil habitantes. Em três regiões temos 183 mil pessoas e nas outras sete temos apenas 63 mil habitantes. Essas 63 mil pessoas todas elas ficam no entorno do Conceição e do Cristo Redentor. Por outro lado, os dados de atendimento que a Secretaria disse que o Conceição não forneceu ou não conseguiu, temos agui sim dados da emergência: 43,11% de todos os atendidos em 2010 pelo Centro Rubem Berta, Sarandi e Passo das Pedras. Das outras 7 regiões que ficam no entorno do Conceição foram atendidos 13,33% na emergência do Cristo Redentor. Então, essas pessoas que estão próximas ao Cristo Redentor não utilizam o SUS, na sua maioria. Assim, essas pessoas lá do extremo, da Norte, Rubem Berta, Nordeste, essas pessoas é que deveriam ter uma unidade de urgência e emergência, pois ali está a maior vulnerabilidade social, de acordo com os dados colhidos e que não foram inventados. A fonte é Mapa de Inclusão Social, IBGE, Secretaria de Segurança Pública e também a Lei 8080. É isto que quis trazer para vocês e dizer que são dados concretos e que a maior parte está na periferia e não no entorno do Conceição. (Palmas.) O Sr. PAULO GOULART DOS SANTOS (Conselho Distrital de Saúde Noroeste): Boa-noite a todos. Foi feita uma comparação da região Noroeste com a Eixo Baltazar. Com todo o respeito à doutora Heloísa, porque tudo que aprendi sobre controle social foi com ela, se fosse esta comparação, eu nem estaria aqui. Isso não dá para fazer. Tem que ser feita a comparação com a Elisabete, com a Santa Rosa e com aqueles outros bairros lá. Mais uma vez eu peço aos meus companheiros aqui do Conselho, por quem tenho o maior respeito, que não venham aqui dizer coisa que não é verdade. Foi falado sobre as árvores, é uma grande mentira. Estão aqui as fotografias para quem quiser ver. Depois foi dito que a multidão descia do ônibus até o terreno que estava a 500 metros. Eu fui lá medir e está a 150 metros do terminal até a praca. Eu vou lá amanhã e, a guem guiser ir comigo, eu mostro. Se for no terreno, a parte da frente está a 250 metros. Está a 1.100 metros onde tem a base da SAMU. O terreno está a 1.100 metros. A SAMU não é obrigada a ficar lá, a SAMU não precisa ficar num ponto só, ela tem que ficar em um ponto intermediário para atender a população. Outra coisa, é uma pena que os padrinhos políticos disso aí - porque é uma ideia política de cinco ou seis anos, que foi prometido - nunca tenham pisado aqui neste Conselho para discutirem. O único político que eu conheco que vem aqui, eu não sou chegado à política, é o Todeschini. É o único que chega aqui e discute com a gente, porque os outros nunca vieram aqui. Não temos dinheiro para isso. Na vila é a luta pela comunidade. Não temos dinheiro para moto, para propaganda, para ônibus, para nada disso temos dinheiro. Estamos pela luta da comunidade, que tenha maior número de atendimento de pessoas necessitadas. Então, os conselheiros que pensem bem. Pode não sair nem lá nem cá, mas alguém tem que se responsabilizar, porque toda a população da zona Norte vai ficar sem atendimento. A Sra. MARIA IVONE DILL (Conselho Distrital de Saúde Leste): Eu torço para que mais pessoas possam utilizar. Esta é a minha finalidade como conselheira. Eu faço parte do Conselho Gestor do Conceição e é aquela queixa toda vida de que está empilhado de doentes lá. Eu sugiro que saia um lugar em que haja mais pessoas que precisam e que seja mais fácil o acesso. Eu sei que há muita gente que não tem dinheiro para ônibus, mas até a polícia leva se eles pedirem. Muita coisa é política, isso que é triste. Na saúde, temos que ter política de saúde e não politicagem. A Sra. MARIA ANGÉLICA (Conselho Distrital de Saúde Norte): Temos feito muitas reuniões, acho que esta é a décima, se não for mais, e a minha posição claro que é a mesma, porque é defender a minha região. Há muito tempo ouvimos falar que haveria um Pronto Atendimento no Centro Vida. É verdade! Mas em abril de 2010, veio esta proposta da Secretaria de que poderia haver uma outra localização. Quando nos foi apresentado que poderia ser ali no Triângulo, qual foi a posição das nossas lideranças da zona Norte e nossa, do Conselho Distrital? Que seja no Triângulo. Porque o Centro Vida não contempla a nós, que somos da zona Norte. Quem mora no Sarandi, bem para lá vai, ter que tomar dois ônibus. A acessibilidade é o principal motivo que

757

758759

760

761

762763

764

765

766

767 768

769 770

771 772

773

774

775

776

777

778

779

780 781

782 783

784

785 786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801 802

803

804

805

806 807

808

pegamos. A segunda coisa é que o Centro Vida não é visível, ele é no fundo. Fizemos visitação ao terreno e reparamos que ele não fica visível. Esta foi a segunda coisa que 812 813 levamos em conta. Como somos defensores do SUS, e eu me incluo nisso, não temos 814 que ver por que tal região tem mais poder aquisitivo. Só para fugir um pouquinho do assunto, quando a UBS Santa Rosa fechou por um ano, o pessoal ia a pé até a Assis 815 Brasil, porque não tinha dinheiro para pagar o ônibus. Tentávamos com a assistente 816 817 social, mas não conseguíamos. Se for no Centro Vida, muitas pessoas vão continuar 818 indo ao Conceição, vai continuar o Hospital lotado. E ali no Triângulo, é um ponto estratégico para nós, da zona Norte, porque todas as linhas de ônibus desembocam ali. 819 Mesmo as doze linhas que vão para o Centro Vida automaticamente passam por ali. Eu 820 821 fiquei muito triste na primeira reunião que houve no Centro Vida, porque lideranças 822 comunitárias, quando falei que havia o pessoal de Cachoeirinha, de Gravataí que 823 também usam o Hospital Conceição, disseram "que eles que se virassem com os 824 políticos deles". Não é assim. Então, nós estamos discutindo SUS aqui 825 atendimento para todos. Acontece que a Região Noroeste está bem localizada, porque 826 ali é que estão a zona Norte e a Eixo. A nossa posição é essa. Inclusive já encaminhei 827 o nosso ofício, o nosso parecer. Por isso peço simplesmente aos meus colegas 828 coerência, porque é acessibilidade, e sendo no Triângulo vai favorecer a todos. Outra 829 coisa que tenho que manifestar: acho que tem que ser na praça, porque foi discutido 830 que há vinte e cinco pracas na região Noroeste. Então, vai ter que ser comprado um terreno, a praça não vai ser totalmente ocupada, mas uma parte dela. Por que a Vila 831 Dique está sendo transferida do aeroporto? Porque vai ampliar o aeroporto. Pessoas 832 833 que moram há cinquenta anos lá estão indo para aqueles cubículos, para Santa Rosa, para aqueles sobradinhos minúsculos onde estão sendo colocadas as famílias, aí 834 835 pode. Colocar a saúde pública em uma praca, que seria na frente e não derrubaria árvore, por que não pode? Este é o meu questionamento. O Sr. CÂNDIDO ACOSTA 836 837 (Coordenador da Comissão de Habitação do Eixo Baltazar): Viemos discutindo UPA 838 e eu acreditava que UPA seria para a periferia, para aquela comunidade onde mais necessidade existe, naquela comunidade carente, que muitas vezes tem dificuldade de 839 840 se deslocar para uma distância maior. Temos que ver que as pessoas das regiões do Eixo Baltazar, da Nordeste e grande parte da Norte têm sim condições de ir ao Centro 842 Vida. Aquilo que achávamos que é dificultoso é pensarmos num transporte que possa 843 passar no Centro Vida. Há algum ônibus que vá direto do Sarandi ao Hospital 844 Conceição? Não há. Tem algum ônibus que é da Nordeste e vai direto ao Hospital 845 Conceição? Há no Rubem Berta? Não há. Então, a questão da acessibilidade não é 846 questão de discussão. A questão é ver a necessidade da comunidade. Lá na região 847 Eixo Baltazar, na Norte e na Nordeste, a vila Dique está sendo levada para lá, a Nazaré está sendo levada para lá. E ali na Noroeste, como foi dito, o Menino Deus vai 848 849 continuar sendo atendido no Pronto Socorro ou no Cristo Redentor. Por que aquela 850 região do Lindóia, do Passo d'Areia também não deve ter atendimento no Conceição? Se eu tiver que me deslocar da região onde moro para ir a UPA, sabendo que logo ali, 851 a 500metros, a 1000 metros há um hospital em que vou ter todo atendimento 852 853 necessário e todos os exames que eu precisar vão ser feitos naquele hospital, eu vou 854 parar numa UPA? Eu acho que não. Então, temos que ver todas estas questões. 855 Temos que lutar por uma área melhor dentro do Centro Vida. Também temos o 856 comprometimento de toda região em buscar o diálogo com este novo Governo que está aí. Não é questão de visibilidade, não queremos coisa bonita. Quem quer coisa bonita 857 é quem quer implantar as UPAS nos terminais de ônibus. Aí querem mostrar os 858 859 terminais de ônibus, querem mostrar o Terminal da Cairú, da Azenha, da Eixo Baltazar, da Assis Brasil. Não queremos visibilidade, queremos é ter bom atendimento à 860 população que mais necessita dentro da nossa região. Obrigado. A Sra. MARIA 861 862 LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): 863 Só para quem não sabe, quando toco mais uma vez aqui a campainha é porque o 864 conselheiro tem mais um minuto. Certo? A próxima inscrita é a Irma. A Sra. IRMA

811

(Conselho do Orcamento Participativo): Boa-noite a todo o Conselho Municipal de Saúde. Quero parabenizar o trabalho de vocês. Pedi à Mesa, à Coordenadora do Conselho, que fizesse a leitura do documento que a região Nordeste encaminhou a este Conselho. Quero dizer a todos vocês o quanto precisamos de saúde nas regiões e na cidade, porque todos carecem deste servico. Estamos pedindo que seja implantada UPA no Centro Vida. Por que o Centro Vida? Porque no Centro Vida já existe o prédio e é um prédio público que pode sofrer algumas adequações. Podemos, neste momento, junto ao Conselho Municipal de Saúde buscar com o nosso governador e hoje negociar aquele espaço. Se não pode ser nos fundos, que seja na frente. Se necessitar do prédio todo, vamos buscar junto com o Conselho. Vamos negociar. Nós precisamos daguele serviço. Na região Nordeste, no Timbaúva temos famílias que vão a pé até lá. Quando não tenho passagem para chegar lá, eu vou a pé. Saio a hora que eu precisar. Há gente que sai do Mário Quintana a pé atrás de advogado lá no Centro Vida. E assim, pela Saúde, faremos também se for necessário. Mas acredito que se estivermos doentes, vamos buscar um meio de transporte para que possamos chegar até o Centro Vida. Tenho certeza de que vocês, que são do Conselho, que têm uma cabeça iluminada, vão votar pelo Centro Vida. Obrigada. O Sr. MANOEL ROCHA (Coordenador do Movimento a Moradia do Bairro Mário Quintana): Trago aqui uma preocupação que foi passada agora há pouco, através de um documento onde diz que um grande índice de atendimento no Hospital de Clínicas é da região Nordeste e Eixo Baltazar. Outra questão é a seguinte, o pessoal está se esquecendo de que a linha 2 do metrô vai fazer o itinerário até as imediações do Triângulo e da Manoel Elias que acessa, tranquilamente, tanto o Triângulo, quanto o Centro Vida. Então, a linha 2 vai ter o seu trajeto nestas imediações: vai passar pela Ipiranga, Manoel Elias e Assis Brasil. Não há entendimento em atender toda a Cidade em caso de emergência. Outra questão, nós colocamos no documento da região Nordeste que a UPA no Centro Vida, para nós, também é importante que seja ali naquele espaço, porque é um espaço público, não vai depender de recursos. Ficamos chorando por causa de cem mil reais muitas vezes para fazer um melhor atendimento à comunidade e vamos gastar um dinheiro importante para comprar uma área que não é necessária na área do terminal Triângulo?! O que entendo como importante é que seja atendida esta necessidade da UPA. Se for no Centro Vida, vamos economizar recurso e o espaco que está lá é um espaço só para adequar e atender melhor a comunidade. Se sair no Triângulo, acredito que também vai ter um bom atendimento para toda a região, mas o espaço mais adequado para atender toda a região, o Sarandi pelo Porto Seco, que facilita o acesso, até a Manoel Elias e Baltazar. é o Centro Vida. A SRA. LOLA (Conselho Local de Saúde, Unidade Parque dos Maias): Serei repetitiva: se eu for "olhar para o meu umbigo" eu guero o Centro Vida, porque em cinco minutos estou dentro do Centro Vida, mas não posso "olhar apenas para o meu umbigo". Tenho de olhar para o geral, e olhando dessa forma a localização tem de ser no Triângulo, porque vai pegar todo aquele pessoal do Sarandi, pessoal de baixa renda, da vila União, da Asa Branca, da Respeito. Todo aquele pessoal será atendido ali no Triângulo, e eles não têm condições de irem até o Centro Vida, porque são duas passagens, ou terão de caminhar muito a pé. Então, por favor, vamos socializar, por que vamos pensar somente na gente? Ali no Triângulo será atendido um maior número de usuários, então vamos colocar ali no Triângulo. E todos sabemos que os drogados tomam conta da praça depois de uma certa hora. Então, por que ter uma praca apenas para os drogados usarem? Vamos colocar, então, atendimento da saúde. Obrigada. O SR. FLÁVIO BECCO (CDS Eixo Baltazar): Primeiro guero dizer ao Seu Paulo e à Dona Ivone que guando a gente não consegue argumentar passamos a dizer que é "politicagem". E vocês vêm dizendo isso faz tempo. O negócio é debater, Seu Paulo, O centro Vida fica bem no meio da região Norte. Se pegarmos toda região Norte, e também o Eixo Baltazar, vamos ver que ele fica bem centralizado. E querem tirar o nosso argumento para que seja a localização no Centro Vida dizendo que fica lá no fundo, escondido, sem visibilidade. Então, é só

865

866

867

868

869

870871

872

873874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886 887

888 889

890 891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902 903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

mudar a localização, passando para a frente, onde fica a base da SAMU. É só contatar a equipe de engenharia e trazer essa UPA para a frente do centro Vida, fazendo um belo projeto. Além de ficar atuante pelo SUS há a questão da visibilidade. E o que é que tem que ver os portais com saúde? Mobilidade urbana é uma coisa e saúde é outra. Por que fazer essa ligação dos portais com as UPAS. Então, queria trazer essa minha posição para que vocês possam avaliar, porque atrás do Centro Vida está saindo uma avenida do Sarandi, a chamada EcoVille, que vai encostar no Vida. Com vontade política podemos colocar transporte para todo pessoal daquela região. A SRA. LAURA: Todos aqui somos de comunidade, representamos uma comunidade. Represento a Eixo Baltazar, mas conheco a região Norte, conheco a região Nordeste. ando por Porto Alegre, assim como vocês devem andar. Infelizmente o rapaz que trouxe os dados estatísticos se retirou, porque o parque São Sebastião tem um dos maiores índices de mortalidade, que é um critério predominante para a instalação de uma unidade de pronto atendimento. O parque São Sebastião é Nazaré e Vila Dique, que estão indo para onde? Agora mesmo a companheira que me antecedeu disse: "está indo lá para a nossa região." No centro Vida é menos espaço de tempo. Nós, que somos das comunidades, que caminhamos, que pisamos no barro todos os dias, sabemos muito bem que pedimos para um vizinho levar, pedimos para um motorista de táxi de levar algum doente. Do centro Vida ao Sarandi leva-se nove minutos. Da Santa Rosa, da Bernardino Silveira Paim leva-se cerca de oito minutos, e colocando-se no Google podemos saber a alternativa de como chegar até o local de atendimento, pela via de acesso mais rápido. Então, alguém que esteja doente, que esteja tendo um infarto vai descer aqueles lances de escada, caminhar cerca de 150 metros, ou 200 metros? Já temos uma unidade de SAMU no centro Vida, então para que adquirir uma área privada, ou por que desapropriar uma praca. A praca é feita para ser ocupada. Se os drogados estão lá é porque nós não ocupamos as praças. A culpa é nossa, é a sociedade que tem que ocupar as praças. Se ela está sendo subutilizada é por culpa nossa. É uma questão de tempo, e tempo é vida. Vamos votar pelo que é melhor. Se for o caso de irmos a pé o centro Vida ainda é a melhor localização, para todos nós. Colocar lá no Triângulo para quê? Para desafogar o parque São Sebastião? Para desafogar o jardim Lindóia? Para desafogar as comunidades que ele está dizendo ali que são somente 60%, sendo que o nosso número de atendimentos, segundo os dados estatísticos, foi de 43%, somente na nossa região, do Passo das Pedras, Sarandi, Rubem Berta? Era isso que queria dizer e agradeço a vocês. A SRA. MARIA ENCARNACION MORALES (CDS Leste): Para nós o importante é o acesso, porque nós, que conhecemos tanto a Leste quanto a Nordeste, e temos o Bom Jesus eu foi pensado para a Nordeste, pois se o Bom Jesus não presta bom atendimento é outra questão que temos de discutir, melhorar o atendimento. No centro Vida será atendida boa parte da população, mas no Triângulo serão atendidos muitos mais. Outra coisa: sabemos que o tempo é vida, mas sabemos também que muita gente morre no caminho porque não tem passagem para ir. E deve-se pagar uma ou duas passagens. Se o SAMU não funciona temos de discutir as questões do SAMU também, mas para nós é uma questão de acesso e o melhor acesso que temos ainda é para o Triângulo. Se o problema é descer e subir escadas que se faça uma alternativa junto à EPTC e se coloque uma parada mais próxima da UPA. O negócio é gastar com apenas uma passagem, porque nós, que estamos nas vilas todos os dias, amassamos barro todos os dias também, e nós, da Bom Jesus, quando lutamos pelo centro de saúde da Bom Jesus, ficamos de fora, mas que bom que outras comunidades foram beneficiadas. E lutamos para pegar um posto de saúde para a nossa região e conseguimos, fomos à luta. E, depois da separação do PA nós sabemos que o PA da Bom Jesus ainda tem muito que melhorar, mas tem que qualificar, tem que melhorar. Se a Nordeste não está sendo bem atendida temos de discutir junto com o Conselho Distrital da Nordeste e da Leste. É claro que sabemos que para o Timbauva seria bem melhor lá no centro Vida, mas quem sai do Timbaúva também vai para o Triângulo. Então, não vamos "pensar

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964 965

966

967

968 969

970

971

somente no nosso umbigo", e queremos dizer que no Triângulo ainda é a melhor **PALMIRA MARQUES** SRA. DA **FONTOURA** Humaitá/Ilhas/Navegantes): Boa noite. Quero saber qual a UPA que seria a primeira, é no centro Vida e a segunda a do Humaitá? Quero ver se isso ainda está em pé, porque se não estiver em pé nós vamos brigar muito agui ainda. Outra coisa que guero dizer é que o nosso SAMU já está pronto lá. Só falta agora levarem os trabalhadores. São dez anos de espera, assim como em relação ao PSF, onde estamos encarregadas de fazer a fiscalização da obra. Isso é muito bom, porque o Conselho fez esse trabalho e estamos conseguindo cuidar daguela obra lá. Outra coisa que queria dizer é para dar os parabéns para o Conselho, porque está fazendo o seu trabalho, porque se o Conselho não fizer o seu trabalho com certeza os Conselheiros que aqui estão irão reclamar, e vão sapatear, não é mesmo Letícia? Se for construída lá a nossa UPA haverá muita melhora para a nossa região, porque temos três postos de saúde, e faltam médicos em todos eles. Se tivermos a nossa UPA todos estarão de parabéns, e poderemos deixar de brigar com a saúde, com o secretário, mas enquanto houver coisas erradas vou brigar, e a comunidade também. Obrigada. O SR. JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS (CDS Nordeste): Figuei preocupado quando o rapaz que fez a apresentação mostrou um levantamento de cento e noventa e duas mil pessoas, em toda região Nordeste, Norte e Eixo. Somente na Nordeste temos oitenta mil. Há quatro, cinco anos, falamos sobre a UPA, e estava tudo acertado para o centro Vida. Não sei por que, quando entra o novo Secretário, transfere-se lá para a praça.? Não entendi isso, e gostaria de entender. Estão dizendo que o terreno fica lá nos fundos. Quero dizer que falta boa vontade, porque temos um terreno ali na frente, tem um bom pavilhão, que está cheio de lixo, cheio de sujeira, caindo as paredes, sem utilidade nenhuma. Querem dar aquela área lá nos fundos, por que não a área da frente? Se é um problema que acontece no governo vamos conversar com o governo para ver se conseguimos a área da frente. A UPA no centro Vida é para favorecer a periferia da cidade, Nordeste, Norte, Santa Rosa, Eixo, muitas comunidades. Somente dentro da região Nordeste existe cerca de guarenta vilas, vilas pobres como todos sabem, onde as pessoas não têm condições de pagar duas passagens de ônibus para irem ao Conceição. Para o centro Vida é mais prático, porque a pessoa pode ir mesmo a pé. E acho também que se estão preocupados com a região metropolitana por que a região metropolitana não é atendida no Conceição? Essa população não está sendo atendida no hospital Conceição até hoje? Então, por que modificar? Por que vamos prejudicar o mais pobre, a periferia, para favorecer a população da região metropolitana, que pode ir para o Conceição direto? Então, vamos pensar bem. E isso não é "cuidar apenas do seu umbigo", como alguém falou aqui, mas sim priorizar o pessoal mais pobre que existe nas regiões. No centro Vida é o local mais certo para que seja colocada a UPA. Obrigado. A SRA. INDIA (Presidente da Associação do Moradores do Loteamento do Bosque): Sempre morei na Zona Norte e por vezes frequento as reuniões do Conselho Distrital e Local. Quero ler um documento que fizemos. (Lê) "O loteamento Bosque fica situado na Zona Norte de Porto Alegre, com entrada no início da rua dos Maias, nº 50, pela Paulino e pela rua do Bosque. Somos usuários da Unidade Básica de Saúde da Ramos. Nossa comunidade não foi consultada sobre o local onde será construída a unidade de pronto atendimento da Zona Norte. Temos opinião de que o Centro Vita não é lugar para ser construída a UPA. Por que no Centro Vita? Porque o governo foi o primeiro a anunciar que seria ali e também naguela região que tem a maior densidade demográfica. O Centro Vita tem uma gleba de terra privilegiada, que precisa ser revitalizada e lá também já funciona o Conselho Tutelar, a Brigada Militar e outros atendimentos sociais. Poderia ser enriquecido de outras políticas públicas sociais onde as pessoas já aproveitariam sua ida para utilizar outra rede de atendimento". Se for por causa do transporte coletivo, vou dizer a vocês que já estou cheia disso. Por que nas áreas nobres de Porto Alegre existe do T1 até o T11; há o C1, C2; há o D não sei o quê, etc. Por que nós, da Zona Norte, não podemos ter uma linha

973

974

975976

977978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005 1006

1007

1008

1009

1010 1011

1012

1013 1014

1015

1016

1017 1018

1019

1020

1021

10221023

1024

circular? Nós moramos tão perto e tão longe do Vida! Uma linha circular atenderia a 1027 1028 todos daguela região. Lá no Loteamento do Bosque podemos pegar o Postão IAPI, 1029 descer atrás do Leopoldina e caminhar um pouquinho. Por que não pode ter uma linha 1030 de ônibus? Se houvesse uma linha circular as pessoas poderiam, ao se deslocarem para a UPA, utilizar os outros atendimentos. De repente uma mulher que for vítima de 1032 violência doméstica pode se dirigir à Brigada, ao Conselho Tutelar, no mesmo local, e 1033 com isso agilizar seu atendimento. (Palmas) Por que os pobres têm que ficar se 1034 deslocando de um lado para outro? Acho que isso precisa ser pensado porque a 1035 pessoa que necessitar pode, com uma passagem apenas, resolver vários problemas. E 1036 por que não se pode ter um ônibus circular que ligue a Elisabete, que ligue o 1037 Loteamento do Bosque, etc.? Assim, quero deixar registrado que defendemos a 1038 colocação da UPA no Centro Vita por estes motivos. (Palmas) A SRA. MARIA LETÍCIA 1039 DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Há um 1040 pedido feito por uma pessoa da comunidade no sentido de que fosse lido um documento, que foi trazido hoje, pelo Movimento de Luta pela Moradia. (Lê.) Ao 1042 Conselho Municipal de Saúde. Srs. Conselheiros, a Região Nordeste através dos seus 1043 conselheiros de saúde, do Orçamento Participativo, representantes de associações, 1044 instituições não governamentais e Movimento de Luta pela Moradia vem por meio 1045 deste documento pedir que votem pela implantação da UPA no Centro Vita, pois se 1046 fosse olhar apenas o público da Nordeste, hoje num total de 80 mil habitantes, este serviço vem como um grande alento para este povo tão sofrido, em todos os sentidos. 1048 Mas sabemos ainda melhor que esse serviço tão esperado venha atender a toda 1049 Região Norte, Eixo Baltazar, que teriam grande facilidade de acesso ao local. 1050 Acrescentamos, ainda, que as regiões lindeiras, em situações de urgência, também teriam prioridade. O Centro Vita é um local público e é responsabilidade de todos darem destino digno para o mesmo. Temos certeza que a sociedade portoalegrense 1052 1053 ficará muito grata por esse gesto. A grande Região Norte/Nordeste será eternamente 1054 agradecida por tamanho avanço que o Conselho Municipal de Saúde estará dando a 1055 nossa Cidade, tão amada por nós, portoalegrenses. Porto Alegre, 20 de janeiro. 1056 Atenciosamente, Conselho Distrital de Saúde, Conselho do OP, associações, Movimento de Luta pela Moradia e demais instituições. O SR. MARCELO BÓSIO 1058 (Secretário Municipal de Saúde em exercício): Quero dizer que a partir do momento 1059 em que aqui foi colocado que o próprio governo anunciou de que seria no Centro Vita, 1060 isso já tem algum tempo, inclusive foi solicitado por vários anos agui e temos a Portaria 1020, que foi publicada em maio de 2009 e estabeleceu um regramento. O que 1062 estamos discutindo e por que apresentamos a proposta? Na verdade, precisamos ter 1063 uma organização do atendimento de urgência em Porto Alegre. O trabalho feito pelo Planejamento, que foi apresentado, que foi detalhado, ele requer uma organização não 1065 por causa portais ou para dar visibilidade aos portais, mas simplesmente para que se 1066 tenha uma organização de cobertura de unidades de pronto atendimento em todo o 1067 município de Porto Alegre. A UPA é uma unidade pré-hospitalar. O objetivo de termos 1068 as UPA's é possibilitar uma organização na Cidade, na área de emergência, de 1069 atendimento de média complexidade e até ser suporte para atendimento de alta complexidade, com remoção rápida ao atendimento hospitalar, quando necessário. A proposta que colocamos aqui contempla isso, tanto é que o próprio Parecer da SETEC reflete essa proposta, que foi discutida e debatida dentro dos critérios que foram estabelecidos pelo Conselho Municipal de Saúde. O que estamos buscando é uma organização de todo o atendimento: não é uma questão de privilegiarmos uma ou outra 1075 comunidade. Precisamos dispor de um acesso facilitado, rápido, mas é preciso pensar 1076 na organização e temos que pensar sim na região metropolitana porque ela procura. Não adianta pensarmos no atendimento de unidades dentro de uma determinada 1078 comunidade se não esvaziarmos as emergências dos hospitais, pois toda vez que a 1079 comunidade está sendo atendida naquela UPA necessitar de um atendimento 1080 hospitalar, vai continuar do jeito que está: sem leito, com dificuldades de atendimento.

1031

1041

1047

1051

1057

1061

1064

1070

1071

1072

1073

1074

Assim, não é possível pensar apenas em Porto Alegre. Temos que pensar numa cobertura de atendimento para a Cidade, e é isto que está sendo proposto, referenciada pela rede hospitalar e, gradativamente, ir retirando esse atendimento hospitalar, principalmente o de média e baixa complexidade, que são os que lotam as emergências, propiciando um atendimento mais digno dentro das unidades de pronto atendimento. Deixar para as emergências hospitalares a referência não só das UPAS como das unidades de atenção primária, unidades de saúde da família, e deixar os casos de determinada complexidade que precisam de atendimento hospitalar. Toda estrutura de atendimento que se faz necessário para as UPA's, de diagnóstico por imagem, de diagnóstico laboratorial vão estar dentro das UPA's, pois vão estar adequadas ao atendimento da complexidade do paciente que tenha que ser atendido lá e que tenha o seu problema resolvido lá, sem que tenha que ser removido para um atendimento hospitalar. Este é um modelo de organização que também vai em consonância com o que já foi discutido pelo Conselho sobre a questão da regionalização da Cidade, ou seja, pegarmos os cinco hospitais gerais que irão existir, contando com o hospital da Restinga, e se fazer uma organização da Cidade nessa regionalização, permitindo que o deslocamento da população, dentro da Cidade, seja minimizado com essa organização. Assim, todo o trabalho de organização das UPA's vai também servir de base à questão da regionalização do atendimento hospitalar, toda sua referência e contrarreferência que tem que existir. É isto que estamos propondo e. por isso, se colocarmos o atendimento no Triângulo nos permitirá ter uma área de cobertura da unidade de pronto atendimento para toda a região, não apenas para parte da região. (Manifestações do Plenário) O meu tempo está sendo marcado pela Coordenação. Foi anunciado que tentaríamos viabilizar é a questão das duas primeiras UPA's, a da Zona Norte e do Navegantes. Vamos manter isso, a não ser que por uma questão de viabilidade de terreno tenhamos que agilizar outros, mas já estão garantidas no PAC 2 as outras duas UPA's. Então, as quatro UPA's estão garantidas, de qualquer maneira. (Intervenção de conselheiro fora do microfone) O senhor deve-se lembrar que na última reunião aqui foi explicado que tivemos dez dias para cadastrar e, para que não perdêssemos a possibilidade de financiamento, cadastramos e dissemos que seria organizado em cima da decisão do Conselho. Por isso que o PAC 2 não foi discutido aqui, mas foram cadastradas as UPA's. Quero dizer que isso já foi discutido na SETEC e mantemos a posição colocada no Parecer no sentido de que entendemos ser a melhor organização e que com isso se consequirá viabilizar não só a implantação das UPA's, mas também servirá como base para organização de todo atendimento na Cidade. Obrigado. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Vamos organizar a votação. Conforme definimos. vão votar primeiro aqueles que optam pela UPA Zona Norte, proposta 1, localização próxima ao Triângulo e, depois, os que votam a proposta 2, localização no Centro Vita Humanístico. Em regime de votação. Os (as) conselheiros (as) que aprovam a UPA Zona Norte, com localização no Triângulo da Av. Assis Brasil, se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 16 votos a favor. Os (as) conselheiros (as) que aprovam a UPA Zona Norte, proposição 2, com localização no Centro Vita, se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 21 votos a favor. (Palmas) A próxima discussão é a UPA Cairú/Navegantes. Solicito aos senhores conselheiros que permaneçam no Plenário porque hoje precisamos definir esta votação. Não basta votar na sua região, permanecam por que é a Cidade que está em votação. A UPA Cairú/Navegantes está **MARQUES** debate. SRA. **PALMIRA** DA **FONTOURA** (CDS Humaitá/Navegantes/Ilhas): Quero referir algo que esqueci de mencionar na intervenção anterior, ou seja, que gostaríamos que a UPA fosse na Cairú. Tanto a nossa conselheira que saiu, quanto a Coordenação e a população do Bairro Humaitá/Navegantes/Ilhas tenho certeza de que ficarão muito felizes se essa UPA ficar lá porque todos têm problema de transporte e aquele será uma excelente localização para a comunidade. (Palmas) A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090 1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106 1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118 1119

1120

1121 1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130 1131

1132

1133

Conselho Municipal de Saúde): Quero esclarecer o que estamos discutindo hoje. Nós 1135 não estamos discutindo qual UPA será instalada por primeiro; estamos discutindo a 1136 1137 localização, se o local definido pela Secretaria está adequado ou não. É apenas isto que se está discutindo. Por isso é importante saber e esclarecer as opiniões. A SRA. 1138 1139 MARIA (Usuária): Boa-noite. Eu não faco parte de Conselho. Eu sou uma mãe. Meu 1140 filho é doente, ele faz hemodiálise, precisei muito da PUC, e hoje não tenho mais ajuda 1141 da PUC. Hoje mandaram o meu filho para o Vila Nova, ando desfilando de hospital em 1142 hospital com ele. Acabei de interná-lo no Beneficência, porque a PUC se nega, hoje em 1143 dia, a atender o meu filho. E como é que farei para vir de lá para o Palácio da Polícia 1144 trazer o meu filho, se até a SAMU se nega a trazê-lo? Estou quase perdendo o meu 1145 filho. E hoje a PUC não me ajuda mais. Obrigada. O SR. MARCELO BÓSIO 1146 (Secretário Adjunto da Saúde): Eu quero dizer o seguinte à primeira senhora que se manifestou agui, acho que temos que manter o respeito do que se fala. Porque dizer 1147 1148 que alguém está enchendo os bolsos de dinheiro. Penso que devemos manter o 1149 respeito quando se fala. Nós, da Secretaria de Saúde, desde que o gestor Casartelli 1150 assumiu, estamos vindo a todas as reuniões do Conselho, temos debatido sobre todas 1151 as coisas, temos colocado a nossa posição e temos escutado o Conselho. Então, 1152 temos que ter cuidado naquilo que se diz também. Porque senão cada um vem aqui e 1153 diz o que quer, e aí não funciona. A questão de debatermos o local aqui não significa 1154 que alguém esteja levando alguma coisa! Só vamos manter o nível do debate. Volto a 1155 dizer que acho que não há entendimento. Vamos respeitar a decisão que for tomada 1156 pelo Conselho quanto à localização. Não é este o problema. Agora, nós apresentamos 1157 uma proposta que tinha uma lógica de funcionamento das UPAS e cobertura destas 1158 unidades na Cidade. É isso. Se há opinião diversa, está bem, vamos votar. Agora, 1159 mantendo o respeito dentro nas discussões. O SR. OLIR CITOLIN (Conselho Distrital de Saúde Leste): Eu sei porque sou morador da Maria da Conceição, portanto tenho 1160 1161 que defender todo aquele povo que mora nas favelas que foram citadas aqui. Se nós, no início, votamos pela equidade, então, vamos manter a equidade. Votamos a 1162 1163 equidade lá: Centro Vida. A equidade, com certeza, vai ser ali perto do Carrefour, 1164 porque todo aquele povo favelado é uma desgraça. Eu moro na Maria da Conceição e 1165 para ser atendido se vai aonde? Se for caso grave, fica lá, do contrário volta e vai ser atendido no horário que eles derem. Só quero dizer o seguinte: nós aqui, como 1166 1167 Conselho, temos que pensar uma política para aquela PUC lá! Por amor de Deus! 1168 Aguela PUC lá, meu pessoal! Cadê a comissão de fiscalização não existe mais? Nós 1169 temos que ver isso e começar a caminhar à noite nos postos, nos hospitais, com todos 1170 eles que têm convênio com o SUS, inclusive o Conceição! Temos que ir, porque há 1171 muita gente dormindo, como nós pegamos lá na Cruzeiro do Sul gente dormindo. Como? Para dormir? Se se sabe que quem trabalha à noite ganha cento e dez, cento e 1172 1173 vinte por cento a mais! E não é uma pessoa só que está dormindo. Nós temos que 1174 chegar lá. E o sindicato médico tem que ir junto sim! Porque ele é que vai nos criticar 1175 que pegou o fulano de tal dormindo. Têm que ir. Vocês estão convidados a ir conosco. 1176 Vamos botar esta Comissão a funcionar! Eu me disponho a ir à noite, de madrugada. 1177 Temos que botar esse pessoal a trabalhar, tchê! Não dá para pagarmos cento e tanto 1178 por cento para o trabalhador dormir enquanto está todo aquele povo sofrendo e 1179 gemendo. É só isso, obrigado. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Antes de passar a palavra à 1180 Mônica, quero dizer, a título de informação, que a Comissão de Fiscalização do 1181 Conselho se reúne, tem feito fiscalizações, só não conseguiu ter a oportunidade, já 1182 1183 tentou, mas ainda não foi possível, de trazer o relatório de todas as visitas que foram feitas para conhecimento do plenário. Está aberta, inclusive à participação de todos 1184 1185 que queiram se inscrever. Quero registrar e parabenizar os farmacêuticos que estão aqui, porque hoje é o dia dos farmacêuticos. (Palmas.) A SRA. MÔNICA (Sindicato 1186 1187 dos Enfermeiros): Embora seja o objetivo da plenária de hoje definirmos localização, 1188 fizemos uma discussão bastante aprofundada no sindicato sobre a portaria das UPAS,

entendendo a Unidade de Pronto Atendimento do Município de uma maneira global. 1189 1190 Quando escutamos depoimentos como daquela senhora usuária que está com 1191 dificuldades, porque o filho era atendido na PUC e agora não é mais e o apelo das comunidades que guerem o serviço de Pronto Atendimento perto das suas casas, qual 1192 1193 é a leitura que fizemos disso? Que na realidade, a emergência tem uma finalidade. Que 1194 é aquela situação de risco iminente de morte. Mas o que se percebe nas demandas 1195 dos atuais serviços de emergência não é o risco iminente de morte, é a amigdalite, é a 1196 otite, é a conjuntivite. Quem é que resolve otite e amigdalite? É a Atenção Básica. 1197 Então, gueremos trazer esta discussão, porque de repente a UPA virou a solução de 1198 tudo. E não é! Unidade de Pronto Atendimento é risco de morte! E quando a 1199 comunidade diz que tem vazio, ela não tem vazio de urgência, de emergência, ela tem 1200 vazio de Atenção Básica. Por isso, não vamos focar a UPA como a solução de todos os 1201 nossos problemas. Quando o entendimento que vemos a UPA fazer, pela discussão, na 1202 realidade, a UPA pode nos trazer mais problemas porque abre a porta de entrada. As 1203 UPAS vão trabalhar com critérios de Manchester, vão pegar usuário que é verde e 1204 amarelo e vão devolver para onde? Que Unidade Básica, se não há cobertura? Como é 1205 que fica aquele hipertenso que tem uma crise e é atendido na UPA e não está 1206 cadastrado em lugar nenhum. Por que não Saúde da Família na região onde ele mora? 1207 Como é que ele vai para a avaliação do cardiologista fazer o eletro, ganhar a 1208 medicação? Então, tivemos este cuidado de ampliar a discussão. E com o problema 1209 que a usuária colocou, que é a questão da parceria público-privada. O pedido que o sindicato dos enfermeiros faz é que as propostas de gestão das UPAS que impliquem 1210 conveniamento parceiro público-privado sejam discutidas no Conselho em primeiro 1211 1212 lugar. E a própria gestão opera o prestador público, que se faça o detalhamento do 1213 financiamento. O Ministério vai mandar 250 mil reais de custeio para a UPA, guando só de salário médico pelo cálculo que fizemos para seis plantonistas, em cada plantão de 1214 1215 doze horas, dá 330 mil reais. Quem vai pagar a conta do resto? A SRA. MARIA 1216 LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): 1217 Todos estão esclarecidos? Então, vou colocar em votação. Vamos proceder da mesma 1218 maneira como foi realizada a outra votação. Em relação à UPA Azenha/Partenon, há 1219 duas possibilidades: uma vamos chamar de 1, que é a UPA Azenha/Partenon que fica atrás do Palácio da Polícia, e a outra, de 2, que é a UPA São Guilherme que fica na 1220 Bento Gonçalves. Os(as) conselheiros(as) que aprovam a UPA Azenha/Partenon se 1221 1222 manifestem levantando o crachá. (Pausa) (05 votos a favor) Os(as) conselheiros(as) 1223 que aprovam a UPA São Guilherme se manifestem levantando o crachá. (Pausa) (19 votos a favor) APROVADA A UPA São Guilherme por 19 votos a favor. A próxima 1224 1225 discussão é sobre a UPA da zona Sul. O conselheiro Vieira está inscrito. O SR. JOSÉ 1226 CARLOS SILVEIRA VIEIRA (Conselho Distrital de Saúde Extremo Sul): Nós lá da 1227 zona Sul conversamos e apresentamos ao Secretário Casartelli a Centro-Sul, pena que 1228 a Centro-Sul foi embora, sumiu. Na hora das votações, o pessoal some, vai embora. 1229 Nós discutimos com a Centro-Sul que fosse do lado do Colégio Borghese. Se fosse 1230 para beneficiar todos, porque há duas áreas, uma que é a área da Japonês, e a outra 1231 área é ao lado do colégio Borghese. Se a zona Sul, que é a Vila Nova, Campo Novo, 1232 Serraria, tiver que vir para cá, onde foi indicada, a outra área tem ônibus que passa por 1233 lá igual, tanto vai, como vem. Portanto, vai ter ônibus igual. Então, eu defendo que na 1234 nossa região, como está se estendendo muito condomínio por lá, que seja onde a 1235 Centro-Sul escolheu, que seja na apresentação que o secretário fez lá na Câmara dos Vereadores, ou seja, ao lado do Colégio Borghese. A SRA. LURDES (Conselho 1236 1237 Distrital de Saúde Centro Sul): Boa-noite a todos. Acho que todos puderam ver no 1238 mapa o quanto de vazio que existe na zona Sul e o aumento de condomínios e 1239 loteamentos regulares e irregulares existente na região. Isto vem acarretando 1240 precariedade na saúde, como em tudo mais. Eu penso que existem outras áreas, não 1241 só públicas, como outras áreas que podem ser adquiridas naquela região. Como já foi 1242 citado pelo conselheiro Vieira, ao lado do Borghese seria uma área que abrangeria boa

parte da região, como o Morro dos Sargentos, Serraria que tem pessoas muito carentes. Agora, outra situação é o transporte. Nós estamos lutando para que os ônibus T-11 façam aquele trajeto de lá para que possam atingir esta área onde se pretende que se estabeleça a UPA. Onde foi citado, também na zona Sul, é perto do Big que fica próximo à Vila Nova. Mas eu acho que é desproporcional pelo fato de que a maior carência e a maior mortalidade estão nas periferias da região sul e não, neste local. Aquele triângulo fica próximo a Belém Novo e Restinga, abrangeria, de certa forma, toda a região Sul, desde que se providencie o transporte adequado. Acho que estaria muito bem localizada. Penso que seja por aí que temos que ir, porque, na hora em que as pessoas precisem de atendimento, a quem elas vão recorrer? Não há. Nós saímos da região sul para ir ao Hospital Conceição, ao Cristo Redentor, Vila dos Comerciários, onde se amanhece pendurado em um banco. Isso não é justo ao contribuinte! Não é bom o que vem acontecendo na saúde. A nossa saúde. principalmente na região Sul, não dá para chamar de saúde. Vocês não têm noção! Eu vi aqui muita gente reclamar da zona Norte, mas vocês ainda são felizardos, porque vocês têm vários hospitais próximos. A região Sul, a Centro-Sul e a Extremo Sul não têm nada, conselheiros! O mais próximo para um atendimento grave é o Hospital de Pronto Socorro. Então, vamos unir as forças e buscar, em primeira instância, estes atendimentos a estas comunidades que são de extrema carência. É uma necessidade urgente, para não dizer de extrema calamidade. Obrigada. O SR. MARCELO BÓSIO (Secretário Adjunto da Saúde): Quanto à questão da UPA da zona Sul eu acho que temos de esclarecer melhor o local. Como foi colocado no parecer e pela apresentação feita pelo Jorge Osório são vários os locais e deveremos fazer um estudo mais detalhado para que possamos chegar a um conclusão melhor a respeito da localização. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): O Secretário Marcelo Bósio propõe que se aprofunde mais a discussão sobre a localização da UPA zona Sul. Então, o encaminhamento é para que não seja votada na noite de hoje essa localização, para que possamos discutir mais com a comunidade, aprofundar mais a discussão. No parecer inclusive está colocado que essa proposição não atende à maioria dos critérios. É o encaminhamento que se faz, para que se possa discutir em outro momento a locação da UPA zona Sul. O SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA (CDS Extremo-Sul): Indicamos várias áreas públicas lá. Mas. cada vez parece que fica mais distante. São Caetano, Lami, Canta Galo, aquelas comunidades cada vez vão ficar mais distantes. Apresentamos uma área, que é contrapartida de um condomínio, na Edgard Pires de Castro com Gedeão Leite. Já entregamos a documentação para a Secretaria. O SR. HEVERSON VILLAR CUNHA (CDS Restinga): Quero apenas um esclarecimento da Secretaria no tocante ao seguinte: está é a guarta unidade de pronto atendimento. Então, em tese, ela está garantida no PAC-2. A SRA. CARLA ROSANA LORENÇO (CDS Extremo Sul): Boa noite a todos. Sou do bairro Lami, no Extremo Sul. Já participei de varias reuniões aqui e nunca me manifestei, essa é a primeira vez. Não discordo do Vieira, mas pela primeira vez concordo com a mesa. Além de ser conselheira do Extremo Sul sou representante comunitária do bairro Lami, e o pessoal da comunidade, a maioria, não está a par do que está acontecendo lá no Extremo Sul. Também concordo que esse não seria o melhor momento para votarmos, e sou solidária com a mesa para esperar mais um pouco. Muito obrigada. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): O Secretário Marcelo Bósio está sugerindo que se crie um grupo de trabalho específico para se discutir a questão da localização da UPA da zona Sul, para que possamos aprofundar a questão, com o prazo de sessenta dias, para que dê tempo de se mobilizar a comunidade. O SR. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional de Serviço Social) (Questão de Ordem): Gostaria apenas de solicitar, já que a localização da UPA Eixo Baltazar ficou definida para o centro Vida, que o Conselho elaborasse um documento para que possamos ir ao Secretário de Estado e solicitar uma reunião com ele o mais rápido

1243 1244

1245

1246

1247 1248

1249

1250

1251 1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266

1267

12681269

1270

1271

1272

1273

1274

1275

1276

1277

1278 1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290 1291

1292

1293

1294

possível. A comunidade se coloca à disposição para, junto com o Secretário de Estado, com esse Conselho, com a Secretaria Municipal, discutirmos qual é o melhor espaço no centro Vida. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Com relação a esse encaminhamento feito pelo Conselheiro Terres quero dizer que esse Conselho se pronuncia através de suas resoluções, e sobre o que votamos hoje aqui será feita uma resolução, e é esse o documento que o Conselho irá disponibilizar a todos. Nada mais havendo a tratar declaro encerrados os trabalhos. (Às 22h15min.)

MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA OSCAR PANIZ
COORDENADORA DO CMS/POA VICE-COORDENADOR DO CMS/POA